

- 19** Vídeos@juventudes.br: um estudo sobre vídeos compartilhados por jovens na internet
Heloisa Helena O. de Magalhães Couto
- 28** A constituição de identidades juvenis na era digital
Fátima Hartmann
- 32** Jovens tecnologias, novas juventudes
Angela Schirmer Simão
- 35** Revolução informacional, internet e cultura hacker
Sérgio Amadeu da Silveira
- 38** Convergência: um debate (e uma batalha) para a juventude
André Cintra
- 42** Educomunicação: em busca da democratização da comunicação e do exercício do direito à voz por parte dos jovens
Cláudia Regina Lahni e Fernanda Coelho da Silva
- 47** A juventude e o direito humano à comunicação
Altamiro Borges



**Programa
Universidade
para Todos: um olhar
dos estudantes
beneficiários**

7

- 2** EDITORIAL
- 4** A humanidade no viés juvenil
Hilário Dick
- 14** Boal vive!
Lúcia Stumpf e Alexandre Santini
- 15** Por uma nova lei de fomento à cultura!
Fellipe Redó
- 17** CNN dos pobres
Toni C.
- 50** PEC e Plano Nacional de Juventude: o legado de uma geração
Danilo Moreira



Editor e jornalista responsável:

Fábio Palácio de Azevedo

Secretária de redação:

Brenda Espíndula

Capa e diagramação:

Cláudio Gonzalez

Preparação e revisão de originais:

Fábio Palácio de Azevedo

Comercialização e distribuição:

Rovilson Portela

Tiragem: 5.000 exemplares

CONSELHO CONSULTIVO DO CEMJ:

Alessandro Lutfy Ponce de Leon, Arthur José Poerner, Augusto Buonicore, Fábio Palácio de Azevedo, Fabiano de Souza Lima, José Carlos Ruy, Mary Castro, Natividade Guerrero Borrego, Regina Novaes.

DIRETORIA DO CEMJ:

Presidente

Fabiana Costa

Diretor de Planejamento e Patrimônio

Rovilson Portela

Secretário Geral

Augusto Vasconcelos

Diretora de Estudos e Pesquisas

Brenda Spíndula

Diretor de Memória

Fernando Garcia

Diretor de Cultura

Carolina Maria Ruy

Diretor de Comunicação

Vandré Fernandes Barros

Diretor de Atividades Educativas e

Esportivas

Alexandre Rosa

A revista **juventude.br** aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério da editoria e do Conselho Consultivo do CEMJ, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica em compromisso da revista ou do CEMJ com seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15.000 caracteres com espaços. Artigos maiores dependerão de acerto prévio com o editor. Os artigos devem ser enviados no programa *Word for Windows* e os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A juventude e as “revoluções por minuto” da era digital

O mundo vive hoje os impactos da chamada “revolução digital”. Trata-se de algo que, a bem da verdade, tem início ainda nos anos 70. Nesse período, a partir da conjugação entre pesquisas científicas e burocracia militar, surge a chamada “telemática” – a fusão das telecomunicações com a informática que resultaria no advento, anos mais tarde, da internet.

Esse processo, no entanto, não parou por aí. Ele tem avançado mais e mais a cada dia, rompendo limites e derrubando as barreiras, antes intransponíveis, que separam as diversas mídias de massa (TV, rádio, internet, jornais etc), em um fenômeno conhecido como *convergência digital*. Anunciam-se, em face dessa realidade, imensas possibilidades de democratização da comunicação humana. Possibilidades como aquelas abertas pela TV digital – com sua imensa multiplicidade de canais e suas alternativas de estabelecimento de *feedbacks* de novos tipos e em nova escala.

É expressivo o impacto dessas tecnologias no dia a dia da juventude. Com base nelas, as práticas juvenis são recriadas e reinventadas, resultando no redesenho de identidades e formas de expressão. Conforme indica Fátima Hartmann em artigo nesta edição de *Juventude.br*, “podemos pensar a constituição de identidades juvenis na era digital como um processo que se dá no interior e através de um tempo marcado pela invenção de novas tecnologias digitais e pelas relações que esses jovens estabelecem e vivenciam junto a essas tecnologias”.

Nesse sentido, da mesma forma que os jovens dos anos 1980 se expressavam, dentre outros suportes de comunicação, por meio de fanzines, desenhados à mão e fotocopiados, a juventude dos anos 2000, imersa na onda da convergência, passa a delinear com base nela seu perfil, suas inquietudes e suas aspirações. Como narra, em contribuição a este dossiê de *Juventude.br*, a psicóloga Heloísa Helena Couto, “as tecnologias digitais, ao possibilitarem a criação coletiva distribuída e o aprendizado cooperativo, além de prolongar capacidades cognitivas como a memória, a percepção e a imaginação, instituem espaços para sociabilidade, comunicação e construção de identidades”.

Sérgio Amadeu vai mais além e afirma que a juventude se apropria da tecnologia e a utiliza conforme seus interesses, chegando esse fenômeno ao ponto de jovens hackers subverterem direitos de propriedade, inventando novos softwares, novas redes sociais, novas plataformas de comunicação. Em suas palavras, “a liberdade construída na rede vem de sua arquitetura e de seus protocolos tecnológicos, criados sob forte influência da cultura libertária dos hackers. Essa liberdade de criação de conteúdos, formatos e tecnologias, sem necessidade de autorização de nenhuma hierarquia estatal ou empresarial, é que faz a rede ser o grande ambiente de invenção, inovação e um grande espaço de ampliação da diversidade cultural”.

Apesar de seu papel destacado como usuários e, mesmo, como criadores dessas tecnologias, os jovens não têm participado na devida medida das decisões políticas que estão configurando tecnologicamente os ambientes comunicacionais do futuro. Ambientes que, no caminho inverso, irão ajudar a conformar identidades e estilos de vida de amplas parcelas da juventude.

A convergência tecnológica, porém, longe do que sugere certo discurso excessivamente otimista, não representa para a juventude uma panacéia. Na verdade, a tecnologia diz muito pouco do ser humano se submetida a uma leitura desvinculada das relações sociais. Como adverte André Cintra em reportagem escrita especialmente para esta edição de *Juventude.br*, “a convergência está longe de ser um fenômeno estritamente tecnológico, um mero fruto da revolução digital. Sem intervenções políticas deliberadas, as novas tecnologias são incapazes de garantir como e por quem elas próprias serão utilizadas”.

É exatamente por isso que muitas das imensas promessas democratizantes abertas com a convergência digital permanecem ainda hoje como meras possibilidades irrealizadas. E é também por esse motivo que o protagonismo da juventude na apropriação dos meios digitais tem ficado muitas vezes restrito a uma das pontas do processo – a do consumo. Com efeito, apesar de seu papel destacado como usuários e, mesmo, como criadores dessas tecnologias, os jovens não têm participado na devida medida das decisões políticas que estão configurando tecnologicamente os ambientes comunicacionais do futuro. Ambientes que, no caminho inverso, irão ajudar a conformar identidades e estilos de vida de amplas parcelas da juventude.

Nesse sentido, não podemos jamais supor que a convergência tecnológica seja algo em si mesmo democratizante. Apesar das imensas possibilidades que engendram, os avanços tecnológicos de nossos tempos encontram-se ainda, também eles, submetidos ao controle de alguns poucos conglomerados econômicos – e, portanto, à lógica das leis de mercado. É nesse ambiente, onde se formam consensos e estereótipos sobre a juventude, que

A juventude precisa estar atenta a este contexto para que seja de fato protagonista e não vítima da convergência digital. Agora, mais do que nunca, é a hora de a juventude chamar para si o debate sobre a comunicação.

o “ser jovem” passa muitas vezes a ser entendido como comprar o último celular anunciado, vestir-se como determinada cantora pop do clipe mais badalado ou compartilhar determinados valores de consumo. A juventude precisa estar atenta a esse contexto para que seja de fato protagonista e não vítima da convergência digital. É necessário que os jovens tomem as rédeas de seu próprio destino, para que eles próprios – e não o “mercado” – definam o que significa “ser jovem”.

Agora, mais do que nunca, é a hora de a juventude chamar para si o debate sobre a comunicação, propondo novas políticas públicas para o setor. Em dezembro próximo terá lugar, em Brasília, a primeira Conferência Nacional de Comunicação, momento propício para enfrentar as corporações da mídia e demarcar a luta pela democratização dos meios de comunicação. Além de valorizar as potencialidades da era digital, é necessário – como sugere o jornalista Altamiro Borges – colocar a comunicação como direito humano inalienável, da mesma forma que os direitos à educação, à saúde, à habitação e ao trabalho, dentre outros. Cabe aos jovens – com sua tradição cívica de grandes mobilizações – lutar pela garantia desse direito como parte da conquista de uma sociedade mais democrática e socialmente justa.

Esse é o desafio colocado para a juventude brasileira: associar seu protagonismo como criadora e consumidora das novas tecnologias a um outro, que ao longo das décadas ela tem sabido exercer muito bem – o protagonismo político, a luta por mudanças de fundo em nosso país. Na área da comunicação esse luta pode ser decisiva: ela pode evitar que instrumentos de grande potencial transformador se tornem, ao contrário disso, sofisticados mecanismos de dominação e opressão. 🗣️



A humanidade no viés juvenil

Hilário Dick*

Enquanto se discute se existem “juventudes” ou “juventude”, enquanto se debate acaloradamente se a juventude é uma “categoria” ou não, enquanto todos reconhecem que vivemos uma “onda juvenil” – com mais de um bilhão e quinhentos milhões de jovens (mais de um bilhão só na Ásia) inscritos nesse segmento, espalhado pelos continentes e que não consegue exercer seus direitos de cidadania –, escrever a história da juventude no mundo é como escrever a história da humanidade no viés juvenil. Na África, só em dois países o percentual de jovens é de menos de 30% da população; na Ásia, de 46 países os jovens são mais de 30% da população em 22 deles; na Europa, de 2005 a 2006 houve um aumento da população jovem.

A história dessa “massa” enorme que assusta e entusiasma é um assunto pouco explorado, pouco desejado e considerado muito complexo. Está na hora, no entanto, de nossa história deixar de ser somente uma história de adultos. Um povo sem memória é um povo sem coluna vertebral, dizia Che Guevara; uma juventude sem memória é uma juventude que se dobra aos sabores dos ventos. Já existem livros que falem da História dos Jovens (1), mas eles são poucos, tendo que abrir fronteiras. Aqui, embora movendo-nos quase que unicamente no mundo ocidental, a tentativa é despertar para aquilo que significa o jovem ser sujeito de sua história e da história da sociedade. O desafio é fazer um discurso minúsculo sobre a história da juventude no mundo, que existe mas é silenciada, também, pelos livros de história.



Protagonismo no discurso

Começamos pelo mundo hebraico, tomando como fonte o Antigo Testamento dos cristãos. Deparar-nos-emos com figuras como Moisés – jovem matando um egípcio; Davi – rei dançando nu diante da Arca da Aliança; Ester, sobrevivendo pela astúcia; Tobias, encarnando a amizade e a busca do amor; José do Egito, vendido pelos irmãos; Rute e Daniel, os personagens do “Cântico dos Cânticos”, e tantos outros. Em todo o Antigo Testamento, quando os escritores querem dizer algo importante para o povo, a voz é dada para os jovens. Indo para a Grécia antiga, vendo Sócrates sendo morto porque pervertia a juventude, como seria bom sabermos ler os “discursos” que fazem personagens como a jovem Antígone e seu namorado. Quem se dá conta de que no Império Romano já existia um ministério da juventude e que havia, até, uma

Escrever a história da juventude no mundo é como escrever a história da humanidade no viés juvenil.

deusa chamada “Juventas”? Sempre ficamos impressionados com as centenas e centenas de “meninas” sendo mortas, nos primeiros séculos do cristianismo, por causa da virgindade (assim é que diz a história). Será que essas meninas assassinadas não poderiam estar defendendo o direito de não ser objeto, isto é, será que não seriam as antecessoras do feminismo que conhecemos?

“Goliardos” e Pícaros

Penetrando na Idade Média, entre tantas outras figuras, deparar-nos-emos com os “goliardos”, jovens estudantes e alegres, apavorando com sua alegria e irreverência as pequenas cidades, mas suscitando o que seria realidade logo mais: os campi universitários. Quem eram os que ingressavam nos mosteiros de São Bento, de tanto significado para

Nos séculos 16 e 17, as figuras juvenis que se destacam são os “pícaros”, encarando de forma juvenil uma sociedade inteira perdida em meio à mudança de paradigmas.

aquela época? Quem representava uma Joana d’Arc, moça de 18 anos, catequista e rezadeira, enfrentando (vestida de homem) os exércitos ingleses? Francisco de Assis, com seu espírito revolucionário e ecológico, foi e chegou a significar o que é somente na sua vivência de adulto? Não eram somente figuras isoladas, mas representantes de um modo de ver a vida.

Nos séculos 16 e 17, as figuras juvenis que se destacam são os “pícaros”, encarando de forma juvenil uma sociedade inteira perdida em meio à mudança de paradigmas. Um grande escritor que retratou esses tipos de jovens é Miguel de Cervantes, não deixando de ele mesmo ser – autor de *Dom Quixote de la Mancha* – um desses pícaros, enfrentando ao mesmo tempo o enriquecimento rápido da Espanha e o empobrecimento deplorável de grande parte da população. Em vez de perder-nos em histórias de amor como as de Romeu e Julieta e tantos outros, como seria bom penetrarmos no discurso que esses/as jovens fazem nos teatros e novelas!

“Moratória social” às claras

Uma época mais questionadora é a da Revolução Industrial. Vendose abandonada pelos pais, obrigada a trabalhar nas fábricas, a juventude da escola exigiu muitas vezes a presença do exército para manter a ordem, isto é, para controlar essa “massa” que se encontrava nos colégios. Não deu certo, na França, a pedagogia da “Escola de Marte”, exigindo disciplina e outras atitudes militares. Para sabermos o que era essa “Escola” basta lermos o romance *“O Ateneu”*, de Raul Pompéia. Foi nesse tempo que se começou a falar claramente da “moratória social” (internatos, quartéis, escolas orientadas pela disciplina etc.), instrumentos de controle da população jovem, opondo-se ao que se denominou, mais tarde, de “moratória vital”, uma energia e um capital que todo jovem dos 15 aos 30 anos carrega em si. Nem sempre nos perguntamos por que foi nessa época que surgiram, na Igreja Católica, centenas de Congregações Religiosas afirmando-se movidas pelo carisma do trabalho junto à juventude. Foi nessa época de implantação do capital que surge, no mundo da literatura, o Romantismo, com a sua volta à natureza. Mais ainda: foi nessa época que começaram a surgir movimentos significativos de jovens, fortemente acompanhados por adultos, que se caracterizaram pela volta

à natureza: “Sturm und Drang”, os “reinos”, as “abadias”, os “corpos da juventude” e, logo mais, movimentos como “Wandervogel” ou, então, como o Escotismo de Baden Powel.

Reação dos adultos

Chegamos assim ao século 20 com uma juventude irrequieta, que preocupava toda a sociedade, mas sem condições de tornar-se, de fato, protagonista em sua caminhada. Para qualquer atitude mais “revolucionária”, os adultos encontravam formas de controlar os jovens à base do autoritarismo, chegando a formas muito bem construídas de manipulação. Exemplos a recordar, por isso, são os da Juventude Hitlerista (na Alemanha), da Juventude Fascista (na Itália), da Juventude Falangista (na Espanha) e de muitas outras “juventudes”, desde o Japão até a Venezuela. Estávamos no começo do século 20.

Talvez não pelas mesmas motivações que entusiasmaram mobilizações juvenis de milhões, a Igreja Católica iniciou, nos anos de 1930, a implantação da Ação Católica Especializada. Eram formas que os adultos encontravam para “controlar” o segmento juvenil. Não nos esqueçamos, também, de que a Primeira Guerra Mundial matou, somente na Europa, mais de 8 milhões de jovens. Por outro lado, o psicólogo Stanley Hall apresentava a adolescência (em 1904) como “storm and stress”, expressões muito significativas. Logo depois, em 1945, em Memphis (EUA), surge o “rock and roll” e a escola (high school), que se converteu no centro da vida social de uma nova categoria de idade: os *teenagers*. Em 1955 James Coleman publica *“The Adolescent Society”*, chegando à conclusão de que nas redondezas da escola surge a “sociedade dos adolescentes”.



1968: impressionante como esse ano foi marcante para a juventude de todo o mundo.

Publicações sobre Maio de 1968 em estande de evento na França



Arma-se a reação

Entrávamos, depois, no que foi denominada de geração juvenil do Pós-Guerra. As formas de afirmação dos jovens tomaram diferentes formas, bastando recordar “Rebeldes sem causa” e grandes expressões culturais, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Em 1964, em Berkeley, os jovens universitários iniciam o Movimento pela Liberdade de Expressão, encontrando-se com a “beat generation” de São Francisco. A juventude era considerada como uma “nova classe” portadora da missão emancipadora. Era a revolta da nova geração. Isso se torna em manifesto com Theodore Roszak com *“The making of a counterculture”*. E chegamos ao ano de 1968. Impressionante como esse ano foi marcante para a juventude de todo o mundo. Parecia uma “revanche” das manipulações sofridas em 1920 e 1930 para explodir numa revolta geral. Não é errado dizer que se solidificou a cidadania e o “empoderamento juvenil”. Numa perspectiva tanto cultural (com o surgimento, por exemplo, dos hippies em 1970) como política (como a geração dos revolucionários dos inícios da década de 70), convencidos de que a revolução socialista já estava na esquina (América Latina) ou de tudo que significou a Revolução Cultural de Mao, na China e suas repercussões em todo o mundo, a juventude entrava numa nova fase.

A humanidade no viés juvenil tem novidades, mas a novidade assusta e, por isso, elas são silenciadas.

Década perdida?

Para a juventude a década de 1980 não foi uma década perdida. Ela foi o tempo do Ano Internacional da Juventude, um tempo que ela viveu e em que conseguiu expressar sua energia vital em duas formas muito distintas: primeiramente pela aposta numa visão de mundo apolínea, seguida logo depois por uma visão de mundo dionisiaca. Se Apolo é o deus da razão, da articulação e da organização – isso ficou patenteado pelo que a juventude fez; se Dionísio é o deus do prazer, do corpo, do vinho e da exploração alegre do momento presente – isso também fica evidenciado nas milhares de manifestações que começaram a surgir. A data (se é assim que podemos falar) que marca a mudança de hegemonia de um modo de ser e viver para o outro, foi 1989, com a queda do Muro de Berlim. Para a juventude foi muito mais do que a aproximação de dois mundos adversos. Para a juventude significou que a utopia social começou a ser substituída pela utopia corporal. E nisso navegamos, ainda, no momento presente, ajudados pelas descobertas velozes

da informática e da tecnologia. Foi nesse contexto que assistimos, há pouco tempo, os jovens europeus explodindo mais de 25 mil automóveis (2). Numa sociedade que quer crer que a felicidade está no “ter”, surgem milhares de jovens gritando – para quem quisesse ouvir – que a felicidade não anda sobre quatro rodas. Será que a sociedade está preparada ou deseja ouvir novamente os “discursos” que a juventude faz? A humanidade no viés juvenil tem novidades, mas a novidade assusta e, por isso, elas são silenciadas. 🗨

NOTAS:

(1) Veja-se DICK, Hilário. *Gritos silenciados, mas evidentes*. São Paulo: Loyola, 2003.

(2) O autor se refere às revoltas de jovens das periferias de Paris, ocorridas em 2006.

*HILÁRIO DICK é doutor em Literatura Brasileira, coordenador do curso de pós-graduação em Juventude da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS - São Leopoldo) e membro do Observatório Juvenil da UNISINOS. Participa da Rede Latino-Americana de Pesquisadores em Juventude. Há 30 anos acompanha grupos de jovens. E-mail: hildick@terra.com.br

Programa Universidade para Todos: *um olhar dos estudantes beneficiários*

Fabiana Costa*

O sonho de grande parte dos jovens brasileiros é ingressar na universidade para, dentre outros motivos, buscar formação acadêmica, qualificação profissional e ascensão social. Os jovens – em particular aqueles excluídos do ensino superior – criam uma série de expectativas que não se restringem à entrada na universidade, contemplando ainda o anseio de participar daquele mundo até então impensado para eles – o espaço da academia.

Essas são algumas das conclusões de estudo por nós desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da PUC-SP. A pesquisa teve como objetivo analisar o Programa Universidade para Todos (PROUNI), política pública de educação superior voltada à ampliação do acesso de jovens à universidade. Pretendeu-se analisar o olhar dos alunos beneficiários do programa – suas expectativas, opiniões positivas e negativas – considerando-se que, enquanto sujeitos de direitos, possuem melhores condições de identificar as limitações e a abrangência do programa de que usufruem.

O PROUNI foi criado em decorrência de inúmeros debates e reflexões sobre a necessidade de expansão do acesso de jovens de baixa renda à educação superior e sobre a crescente demanda por vagas para a parcela da população excluída da universidade. Atualmente, apenas cerca de 12,1% (1) dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados na educação superior.

A pesquisa foi realizada tendo como referência principal a Pontifícia Universidade Católica de São



Paulo (PUC-SP). O método utilizado inicialmente para a coleta de dados foi a técnica do Grupo Focal (2). Outro importante instrumento de nossa pesquisa foram os questionários aplicados durante o 1º Encontro Municipal dos Estudantes do PROUNI de São Paulo. Através deles identificamos opiniões sobre o Programa de outros alunos bolsistas, matriculados em 8 instituições da capital de São Paulo.

Contribuíram ainda para o enriquecimento de nossa análise e a ampliação de nosso universo de pesquisa os questionários de estudantes da PUC/SP, o questionário socioeconômico do ENADE (2004, 2005 e 2006) e a Carta Aberta ao Exmo. Sr. ministro da Educação Fernando Haddad (3).



A educação superior na década de 90

As mudanças na educação superior, ocorridas em nosso país principalmente na década de 90, são fruto de um processo geral de mudanças por que passaram os países latino-americanos.

A partir da década de 80, os países industrializados e os latino-americanos empreenderam importantes reformas em seus sistemas de educação superior. Nestes últimos anos, com a emergência de um mercado educacional globalizado, as reformas neste nível de ensino se dinamizaram, de modo especial diversificando os provedores, os tipos de instituições, os perfis dos docentes, disponibilizando novas ofertas educativas, ampliando as matrículas e apresentando um aumento crescente das demandas e da competitividade (4)

Desde a base legal, que inclui dispositivos como o Plano Nacional de Educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, passando por decretos e leis e até por documentos importantes como o Relatório Delors, o Planejamento Político-

Estratégico e o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, os anos 90 assistiram a uma grande reestruturação da educação superior, cujo caráter público foi claramente redefinido.

A educação superior no Brasil dos anos 90 é assim reorganizada no sentido de responder à demanda social de acesso à universidade. A saída encontrada pelo Estado, ao invés de um maior investimento no setor público, é abrir o mercado educacional à iniciativa privada.

Para Silva Jr. e Squissardi, o setor privado de ensino superior, depois de passar por ampla expansão ao longo dos anos 70, de ter sua expansão limitada legal e economicamente e sua qualidade questionada durante os anos 80, entra nos anos 90 sob condições precárias e com suas estratégias de interferência política debilitadas, face às transformações ocorridas no Brasil. O governo, via legislação e políticas educacionais, induz a educação superior a uma diferenciação institucional generalizada, ao mesmo tempo em que incentiva o processo de mercantilização desse espaço social, mediante estímulo à concorrência entre as instituições privadas e, face a conjuntura, à aproximação com o setor produtivo (5)

Nessa perspectiva, há uma mudança de enfoque nas políticas públicas educacionais, as quais passam a se referenciar na lógica da oferta de mercado. O Estado incentiva a expansão do setor privado como condição para a ampliação do número de vagas ofertadas.

O acesso à universidade no Brasil é uma demanda que cresce a

Se considerarmos que somente 12,1% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados na educação superior, teremos uma idéia do tamanho da defasagem existente no acesso à universidade.

Foto: Wilson Dias/ABr



cada dia. Se considerarmos que somente 12,1% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados na educação superior, teremos uma idéia do tamanho da defasagem existente no acesso à universidade.

Com as políticas voltadas à universalização do ensino fundamental, implementadas nos últimos anos, houve um expressivo crescimento no percentual de matrículas. Segundo dados do IBGE, “em 2006, 97,6% das pessoas de 7 a 14 anos de idade estavam na escola, ou 0,3 ponto percentual acima do registrado em 2005” (6).

Entretanto, se considerarmos “as pessoas de 18 a 24 e de 25 anos ou mais de idade, a participação no sistema educacional em 2006 foi de 31,7% e 5,6%, respectivamente” (7). Há uma redução nesse percentual à medida que cresce a faixa etária. O

Relatório de Desenvolvimento Juvenil identifica que, “ao analisar a situação educacional da juventude (15 a 24 anos), (...) mais da metade (53,1%) dos jovens se encontra fora das salas de aula” (8).

Nesse sentido, faz-se necessária a adoção de políticas públicas que garantam o ingresso da juventude na escola e na universidade. Não estamos falando somente de disponibilidade de vagas, mas da garantia real de acesso, através de políticas que permitam a manutenção do jovem na escola e na universidade.

O tema acesso, ou *políticas afirmativas*, surge com mais destaque no Brasil nos últimos anos. Isso se dá em decorrência da ampliação dos debates acerca da necessidade de incluir na universidade setores até então distantes dessa realidade.

Faz-se necessária a adoção de políticas públicas que garantam o ingresso da juventude na escola e na universidade. Não estamos falando somente de disponibilidade de vagas, mas da garantia real de acesso, através de políticas que permitam a manutenção do jovem na escola e na universidade.

Instituído através da Medida Provisória nº 213 de 10 de setembro de 2004 e regulamentado pela Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) surge no contexto das novas políticas de acesso à educação superior do governo federal. Tem como proposta democratizar o acesso à universidade e investir na qualidade do ensino, através da adesão de instituições de ensino superior com e sem fins lucrativos, que dessa forma destinam 10% de suas vagas a bolsas de estudo integral e parcial.

Um retrato dos bolsistas PROUNI

Selecionar os principais aspectos a partir do grande número de informações coletadas não foi tarefa fácil. Partindo de uma visão dos alunos bolsistas da PUC-SP, bem como dos alunos matriculados em várias instituições de educação superior na capital de São Paulo, agrupamos os dados em algumas categorias. São elas: perfil do aluno bolsista, categoria socioeconômica, vida acadêmica e visão sobre o Programa.

1. Perfil do aluno bolsista

A PUC-SP possui, conforme dados do segundo semestre de 2007, 20.198 alunos matriculados somando os cursos de graduação (15.776) e pós-graduação (4.422). Do total de alunos de graduação, 815 (5,16%) são bolsistas do PROUNI.

Distribuímos o perfil dos estudantes bolsistas do PROUNI nas seguintes subcategorias: gênero, idade, curso e local de moradia.

1.1. Gênero

Conforme dados do INEP, do total de alunos matriculados em 2005 na educação superior as mulheres representavam 55,9%. Na sociedade brasileira, esse número cai para 51,3%. Dentre os ingressantes e concluintes, as mulheres também

Em relação à referência familiar dos alunos bolsistas da PUC-SP, constatamos que muitos deles são os primeiros de suas famílias a cursar uma universidade.

se destacam: das 55% que entram na universidade, 62,2% conseguem concluir, enquanto que o percentual entre os homens é de 45% de ingressantes e 37,8% de concluintes. Entre os homens há, portanto, uma evasão educacional significativa (9).

Na PUC-SP, segundo os dados levantados para a pesquisa, as mulheres também aparecem com destaque, representando 51,5% dos alunos beneficiários do PROUNI em 2006.

1.2. Idade

Segundo levantamento dos questionários gerais do 1º Encontro Municipal dos Estudantes do PROUNI de São Paulo, 60,1% dos alunos possuem faixa etária entre 18 e 24 anos. Na PUC, dentre os alunos pesquisados a faixa etária entre 18 e 24 anos é de 72,22%. Esses dados confirmam que a maior parte do público atingido pelo programa é composta de jovens.

1.3. Curso

O critério de disponibilidade de vagas no PROUNI na PUC-SP é calculado em função do número total de alunos matriculados pagantes, conforme prevê a Lei nº 11.096/05: "(...) 1 (uma) bolsa integral para cada 9 (nove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior"(10). Nesse sentido, os cursos com maior número de alunos possuem proporcionalmente também o maior número de bolsistas.

Na PUC-SP, conforme dados obtidos referentes aos alunos matriculados em 2007, dos 815 alunos matriculados 21,8% estão cursando Administração e 15,8% Direito. Esses dois cursos concentram 37,6% das matrículas dos bolsistas na PUC-SP.

1.4. Local de moradia

Do total de 815 bolsistas do PROUNI da PUC-SP, 56,1% residem na capital de São Paulo. Os demais residem em cidades localizadas na grande São Paulo, havendo ainda casos de alunos residentes no interior do estado.

Tendo como base o endereço residencial dos bolsistas da capital, fizemos o cálculo, a partir da página eletrônica *Google Maps*, da distância entre o local de estudo – adotando como referência o campus central da PUC-SP, localizado na Rua Monte Alegre 984, Perdizes – e o local de moradia.



Os resultados revelam que a maioria (80,8%) dos bolsistas mora à distância de 10 a 30 quilômetros da universidade. Esses dados comprovam que os bolsistas residem, em sua maioria, em bairros distantes da instituição. A cidade situa-se numa área de 1.509 km², e, se considerarmos a complexidade desta metrópole, com população de 10.886.518 (IBGE/2007) e mais de 6 milhões de veículos, podemos deduzir que se trata de uma distância considerável, principalmente em razão das dificuldades de deslocamento.

2. Categoria socioeconômica

Para analisar a categoria socioeconômica utilizamos dados do ENADE (2004, 2005 e 2006) dos alunos bolsistas e não-bolsistas da PUC-SP, bem como as respostas aos questionários dos alunos bolsistas da instituição. Dividimos essa análise nas subcategorias renda mensal, mercado de trabalho e escolaridade dos pais.

2.1. Renda mensal

Segundo os dados do ENADE sobre os alunos bolsistas e não-bolsistas da PUC-SP, 31,7% dos bolsistas possuem renda familiar de até 3 salários mínimos; já entre os não-bolsistas esse índice é de 6,7%. Na faixa de 3 a 10 salários mínimos, o índice dos bolsistas é de 48,4%, e dos não-bolsistas de 25,4%. Na faixa acima de 10 salários mínimos a diferença se inverte: os bolsistas chegam a 20%, enquanto os não-bolsistas somam 67,9%. Tais dados confirmam que o PROUNI atende a uma parcela da juventude de mais baixa renda.

2.2. Mercado de trabalho

Mais de metade dos alunos entrevistados passou a exercer algum tipo de atividade profissional após o ingresso na universidade. O estágio aparece com destaque entre as

ocupações. Esses dados são reveladores do quanto o aluno passa a ter melhores oportunidades pelo fato de estar cursando uma universidade. Se considerarmos o estágio e o emprego remunerado, teremos o índice de 75,4% de estudantes com alguma fonte de renda.

2.3. Escolaridade dos pais

Em relação à referência familiar dos alunos bolsistas da PUC-SP, constatamos que muitos deles são os primeiros de suas famílias a cursar uma universidade.

Temos como referência o grau de escolaridade dos pais, que em grande parte não possuem curso superior. Dos alunos bolsistas, somente 6,3% possuem pais com graduação; já entre os não-bolsistas esse índice sobe para 67%.

3. Vida acadêmica

As questões referentes à vida acadêmica dos alunos bolsistas aparecem em vários momentos. Entretanto, selecionamos alguns aspectos relevantes que surgiram com mais frequência para facilitar nossa análise. Dividimos essa análise nas seguintes subcategorias: acesso, permanência, desempenho e currículo. Para chegar às conclusões abaixo utilizamos os questionários do 1º Encontro, os questionários dos bolsistas da PUC-SP e os dados do ENADE da PUC-SP.

3.1. Acesso

O principal objetivo do PROUNI consiste em garantir o acesso à universidade àqueles que dificilmente teriam essa oportunidade em fun-



ção de diversos obstáculos. A relação candidato/vaga em relação ao PROUNI na PUC-SP é de 37,3 candidatos por vaga, conforme dados do Expediente Comunitário no processo seletivo de 2008. Portanto, além das dificuldades que normalmente existiriam em ingressar numa universidade pelos mecanismos tradicionais de seleção, esses alunos enfrentam ainda uma barreira de seleção relacionada ao PROUNI.

3.2. Desempenho e currículo

Em relação aos currículos, a visão dos alunos bolsistas equiparase à dos não-bolsistas da PUC-SP. Ambos os grupos o consideram bem integrado, havendo clara articulação entre as disciplinas, conforme dados do ENADE.

Ao analisarmos o rendimento dos alunos bolsistas, mesmo considerando as dificuldades já apresentadas constatamos haver um ótimo aproveitamento do curso, já que, do total de alunos matriculados em 2005 e 2006, somente 6% foram reprovados nas disciplinas cursadas; 30% estão dentro da média e 64% apresentam rendimento acima da média, conforme dados obtidos no Expediente Comunitário da PUC-SP.

Várias opiniões divergentes permearam o debate sobre o PROUNI logo que esse programa foi anunciado, em 2004. Alguns mitos foram fomentados por parte de setores contrários à proposta. O principal deles era o de que, por serem oriundos de escolas públicas, os alunos bolsistas não estariam à altura dos conteúdos aplicados nas instituições de educação superior, gerando certa defasagem e, por conseguinte, a redução da qualidade do ensino.

Na contramão dessa visão distorcida, os dados verificados revelam que os bolsistas possuem rendimento escolar equivalente e, em alguns casos, superior ao dos demais in-

Várias opiniões divergentes permearam o debate sobre o PROUNI logo que esse programa foi anunciado, em 2004. Alguns mitos foram fomentados por parte de setores contrários à proposta. O principal deles era o de que, por serem oriundos de escolas públicas, os alunos bolsistas não estariam à altura dos conteúdos aplicados nas instituições de educação superior, gerando certa defasagem e, por conseguinte, a redução da qualidade do ensino.

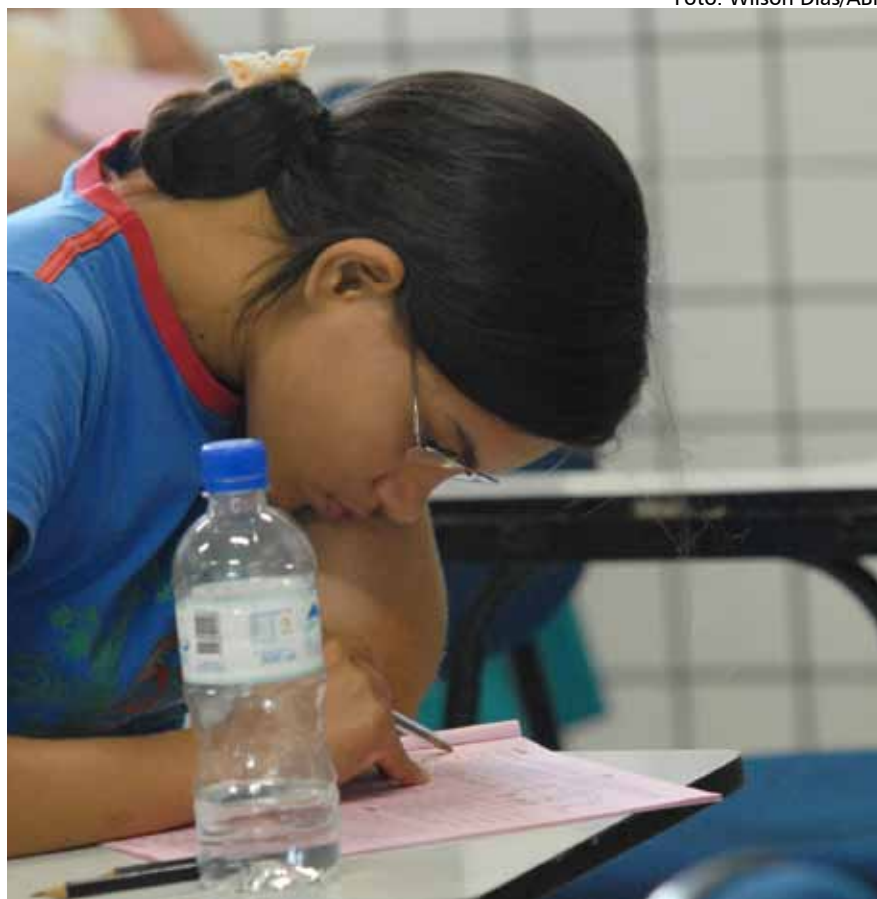
gressantes pelo sistema tradicional do vestibular. Esse rendimento em muito se deve ao maior empenho dos alunos do PROUNI, que abraçam a oportunidade antes impensada de ingressar na universidade e se dedicam mais aos estudos, obtendo bom aproveitamento nas disciplinas. Além disso, conforme demonstrado anteriormente, esses alunos passam por uma seleção muito concorrida, fato atestador de que não conquistam a bolsa sem obstáculos ou sacrifícios.

4. Visão sobre o PROUNI

A avaliação dos alunos bolsistas em relação ao PROUNI é muito positiva. Entre os alunos que responderam aos questionários no Encontro, tivemos uma excelente avaliação do programa: 94,96% dos estudantes o consideram bom ou ótimo.

Em relação à PUC-SP, 77,7% dos 18 alunos que responderam ao questionário consideram o programa entre bom e ótimo.

Foto: Wilson Dias/ABr



Melhorias/Reivindicações

Em relação a melhorias e reivindicações, temos como referência alguns pontos da Carta Aberta ao Exmo. Sr. Ministro da Educação Fernando Haddad. Nesse documento são listadas as seguintes necessidades: mais informações; critérios mais claros para a perda da bolsa; fim da comprovação de renda anual. Além disso, surge ainda o aspecto de uma maior fiscalização nos critérios para a concessão de bolsas. No geral, é também possível notar que as reivindicações se aproximam ou se diferenciam em razão da realidade e das demandas específicas de cada instituição de ensino superior.

Conclusões: o olhar do pesquisador

Ao longo da pesquisa percorremos um longo caminho, permeado pela análise de documentos e por reflexões, debates, diálogo com os estudantes, com o meio acadêmico e com o poder público. Buscamos analisar o Programa Universidade para Todos (PROUNI) sob a ótica dos beneficiários – em especial os bolsistas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Tentamos identificar suas opiniões, expectativas e dúvidas em relação à política pública em questão.

O estudo buscou identificar os principais aspectos positivos e negativos relacionados ao Programa Universidade para Todos, destacando seus objetivos enquanto política pública com o intuito de ampliar o acesso à educação superior, e que já atendeu mais de 700 mil estudantes em todo país.

A proposição de uma política pública educacional como o Programa Universidade para Todos é fruto de uma série de reivindicações dos setores ligados à educação, que há anos debatem a necessidade da ampliação de vagas na educação superior.

Em vários documentos oficiais há um reconhecimento da demanda de acesso à educação superior. Tal reconhecimento é reforçado através das publicações científicas de pesquisadores, das entidades ligadas à área educacional e dos documentos oficiais do governo federal.

A implementação do PROUNI evidencia a necessidade de atender uma parcela da população que, por razões diversas, inclusive de cunho socioeconômico, encontra-se excluída da universidade.

O Programa é um primeiro passo no sentido de garantir o acesso à universidade – não apenas, diga-se de passagem, aos jovens, mas também a todos aqueles que tiveram seu sonho de cursar uma graduação adiado por anos, e que agora finalmente possuem essa oportunidade. No universo da pesquisa, 10,46% dos estudantes tinham mais de 31 anos. Esse fato demonstra que o Programa abre perspectivas não só para os jovens, mas também para uma outra parcela importante da sociedade.

Os estudantes reconhecem a importância do programa:

Registramos aqui, com convicção, que a grande maioria de nós não estaria na universidade se não fosse através do PROUNI. O recorte social que ele garante inclui uma parcela da população que não teria acesso a uma vaga pública e muito menos às mensalidades praticadas nas instituições privadas. Muitos de nós, com idade já mais avançada, havíamos perdido a expectativa de concluir uma graduação e agora voltamos aos bancos escolares retomando esse antigo sonho (11)

Ao longo de nossa pesquisa, nos diálogos com os alunos bolsistas do PROUNI, percebemos que não se sentiam diferenciados ou inferiorizados em relação aos demais alunos não-bolsistas da PUC-SP. Existe uma clara consciência de que são sujeitos

Ao longo de nossa pesquisa, nos diálogos com os alunos bolsistas do PROUNI, percebemos que não se sentiam diferenciados ou inferiorizados em relação aos demais alunos não-bolsistas da PUC-SP. Existe uma clara consciência de que são sujeitos usufruindo de uma política pública de acesso à universidade, e que o fato de estarem nela é um direito conquistado.

Foto: Wilson Dias/ABr



O ingresso das camadas menos favorecidas de nossa juventude certamente servirá de instrumento para que se possam conhecer, implementar e anunciar mudanças significativas no sistema educacional brasileiro.

usufruindo de uma política pública de acesso à universidade, e que o fato de estarem nela é um direito conquistado. Em nenhum momento percebemos um sentimento de inferioridade ou mesmo de discriminação, a não ser em função das dificuldades socioeconômicas. Grande parte dos alunos da PUC-SP destaca um aspecto do PROUNI que precisa ser aprimorado – a ampliação do número de bolsas-permanência.


Conforme relatos coletados no decorrer da pesquisa, o ingresso na universidade representa para esses alunos – além da possibilidade de adquirir uma melhor formação profissional – uma nova perspectiva de ampliar seu universo de conhecimentos e suas relações sociais. O curso de graduação também repre-

senta um instrumento de ascensão social, através do ingresso dos estudantes no mercado de trabalho.

A educação constitui-se em tema central para o desenvolvimento social e cultural dos jovens brasileiros, e o ingresso das camadas menos favorecidas de nossa juventude certamente servirá de instrumento para que se possam conhecer, implementar e anunciar mudanças significativas no sistema educacional brasileiro.

O Programa Universidade para Todos surge como uma dessas mudanças – que ainda necessita de aprimoramento e ampliação, no intuito de garantir que mais jovens possam ter acesso à universidade, como forma de inverter uma realidade muito aquém das necessidades

educacionais de nossa juventude.

Durante a pesquisa fizemos contato com a primeira geração que teve o direito de ingressar numa universidade através do PROUNI. A educação é um tema caro atualmente no Brasil, e a implementação de políticas que permitam aos jovens sonhar com um futuro melhor nos desafia e motiva. Como afirma o documento final do 1º Encontro Municipal dos Estudantes do Prouni de São Paulo, “Não queremos mais desperdiçar as grandes mentes brasileiras excluídas dos bancos escolares!”. Esse é o desafio de toda uma geração! 

***FABIANA COSTA** é presidente do CEMJ e doutoranda em Educação: currículo (PUC-SP).

NOTAS:

(1) PINHO, Angela. “Só 12,1% dos jovens entre 18 e 24 anos são universitários”. Folha on Line. São Paulo. 20 de dez. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u356790.shtml>. Acesso em 10/01/2008.

(2) Segundo Morgan e Krueger (1993), “a pesquisa com Grupos Focais tem por objetivo captar, a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações, de um modo que não seria possível com outros métodos, como, por exemplo, a observação, a entrevista ou questionários”. APUD GATTI, Bernadete Angelina. Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. Brasília: Líber Livros, 2005. p. 9.

(3) 1º ENCONTRO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES DO PROUNI DE SÃO PAULO. Carta Aberta ao Exmo. Sr. Ministro da Educação Fernando Haddad. São Paulo, 2007. Publicada na íntegra em Juventude.br nº 4 (p.s 51 e 52).

(4) BRASIL. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 2. ed. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. p. 15.

(5) SILVA Jr, João dos Reis; SGUISSARD, Valdemar. “A educação superior privada no Brasil: novos traços de identidade”. In:

SGUISSARD, Valdemar (org). Educação superior: velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000. p. 172.

(6) BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/comentarios2006.pdf>. Acesso em 12/03/2008. p. 5.

(7) Id. Ibid. p. 6.

(8) WASELFISZ, Julio Jacobo. Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007. Brasília: Rede de Informação Latino-Americana/RITLA/Instituto Sangari/Ministério da Ciência e Tecnologia, 2007. p. 36.

(9) RISTOFF, Dilvo [et al]. A mulher na educação superior brasileira: 1991-2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. p. 7.

(10) BRASIL. “Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005”. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, 14 jan. 2005. Art. 5º.

(11) 1º ENCONTRO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES DO PROUNI DE SÃO PAULO. Op. Cit.

BOAL VIVE!

Nota do movimento estudantil pelo falecimento do dramaturgo Augusto Boal

A União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA) manifestam seu pesar e consternação pela morte de Augusto Boal, teatrólogo, professor, escritor, militante político, dramaturgo e diretor teatral, uma das personalidades mais importantes e politicamente consequentes do teatro e da cultura brasileira.

Boal nos ensinou que o teatro pode ser uma poderosa ferramenta para a transformação social e pela luta em prol dos direitos do povo, dos trabalhadores, da juventude, dos estudantes e de todos aqueles em situação de exploração e opressão. Esteve presente em momentos fundamentais da história e da vida cultural brasileira: foi diretor e coordenador do seminário de dramaturgia do Teatro de Arena, colaborou na criação do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, foi preso, torturado e exilado pela ditadura militar. De volta ao Brasil na década de 80, já consagrado internacionalmente pela criação do método de Teatro do Oprimido, participou das lutas pela redemocratização do país, sendo eleito, em 1992, vereador no Rio de Janeiro pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Como parlamentar, Augusto Boal criou o Teatro Legislativo, que através do seu método de teatro-fórum promovia a participação popular na elaboração de leis e na discussão dos direitos sociais. Através do Centro de Teatro do Oprimido (CTO), Boal estava formando centenas de multiplicadores das técnicas do Teatro do Oprimido em pontos de cultura de todo o país. Em diversos estados, a rede de pontos de cultura do CUCA da UNE trabalha com multiplicadores do Teatro do Oprimido.

Boal sempre atendeu ao chamado dos movimentos sociais, tendo participado de diversas atividades



A luta e o trabalho de Augusto Boal seguirão vivos e presentes na luta dos estudantes e do povo brasileiro, no caminho da libertação dos explorados e oprimidos de todo o mundo.

da UNE e desenvolvido seu trabalho junto ao MST, aos sindicatos e a organizações da sociedade civil no Brasil e no mundo. O Teatro do Oprimido está presente em mais de 60 países, a maior parte deles na África, na Ásia e na América Latina. Este ano, no dia 27 de março, Boal recebeu o título de embaixador mundial do teatro pela UNESCO.

A luta e o trabalho de Augusto Boal seguirão vivos e presentes na luta dos estudantes e do povo brasileiro, no caminho da libertação dos explorados e oprimidos de todo o mundo. Como ele mesmo dizia, "Admiro muito aqueles que dedicam suas vidas à arte, mas admiro mais os que dedicam sua arte à vida".

Boal vive! 🎭



O dramaturgo Augusto Boal (1931-2009)



LÚCIA STUMPF - Presidente da UNE

ALEXANDRE SANTINI - Coordenador nacional do CUCA.

Por uma nova lei de fomento à cultura!

Fellipe Redó*

Em fase de consulta pública até o próximo dia 6 de maio, a proposta para uma nova lei de fomento encaminhada pelo Ministério da Cultura traz para o debate atual a diversidade de interesses conflitantes que permeia agentes culturais e segmentos da sociedade. Alguns têm se manifestado para manter algum privilégio (de 2003 a 2007 só 3% dos proponentes captaram 50% do volume total de recursos); outros buscam a ampliação de políticas públicas como o Programa Cultura Viva (pontos de cultura).

O conjunto do movimento estudantil, tendo à frente a União Nacional dos Estudantes, as organizações sociais e redes culturais, está mais uma vez chamado à responsabilidade de manifestar suas opiniões e propor novos marcos para o fomento à cultura brasileira.

Não sem razão, a proposta de fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura (FNC) vai nesse sentido. “É um grande avanço, sobretudo para os pontos de cultura, pois muitos estão em comunidades sem recursos, como favelas, quilombolas e aldeias indígenas. A contrapartida deles será social, a partir do trabalho já desenvolvido”, explica Célio Turino.

Na prática, o financiamento via renúncia fiscal, modelo atualmente utilizado pela Lei Rouanet, não deixará de acontecer. Porém, essa não será mais a única forma de financiamento, como temos hoje. Outros mecanismos serão introduzidos, como o financiamento retornável ao fundo (participação nos lucros), quando uma parte do dinheiro que

foi investida no projeto volta ao cofre público para ser reinvestida; o micro-crédito, uma possibilidade de ampliar, junto aos pequenos e médios produtores culturais, incentivos às ações de pequeno orçamento e de relevância social, e as parcerias público-privadas, que preveem o incentivo à construção de novos espaços e centros culturais.

Uma das críticas que acompanhamos na grande mídia diz respeito a certo “dirigismo cultural” que estaria contido na nova lei. A nosso ver essa crítica não procede. Se a verba é pública o Estado tem de saber onde, por que e como ela está sendo investida. Isso tem menos a ver com “dirigismo cultural” do que com um maior controle social sobre os recursos públicos aplicados. Parâmetros mais claros quanto aos aspectos técnicos e orçamentários do projeto, e principalmente quanto ao seu retorno social, são necessários. Boa parte das iniciativas culturais que foram incentivadas pela Lei Rouanet, como o *Cirque du Soleil*, contam com investimentos altos dos cofres públicos, muitas vezes sem contrapartida social e com restrita acessibilidade ao público, já que ingressos para esse tipo de espetáculo costumam chegar a mais de 500 reais!



A organização dos conselhos setoriais municipais e estaduais como está prevista, com participação da sociedade civil em 50%, e a estruturação dos conselhos municipais de cultura são a melhor forma de aumentar a representatividade, evitando tanto a influência estatal quanto a privada.

Outro fator marcante para a urgente reformulação da lei de fomento diz respeito à desigual distribuição dos recursos aplicados em cada estado. Segundo fontes do próprio MinC, em 2007 as regiões Sudeste/Sul captaram 80% do investimento, ao passo que o Centro Oeste ficou com 11%, o Nordeste com 6% e o Norte com 3% apenas.

Não deixaram ainda assim de existir reclamações, fruto da pequenez da visão política e cultural de nossa elite, quanto à interpretação desses dados. Não uso aqui o termo “elite” no sentido de classe social, mas para expressar certos interesses. Cito aqui algumas opiniões colhidas na internet: “A reforma da Lei não pode punir os produtores e artistas que fazem teatro de qualidade só

Se a verba é pública o Estado tem de saber onde, por que e como ela está sendo investida. Isso tem menos a ver com “dirigismo cultural” do que com um maior controle social sobre os recursos públicos aplicados.

porque moram no Rio ou em São Paulo. O que governo quer? Tirar os 100% de abatimento da gente e transferir para o Piauí?"; ou "É natural que grandes centros produzam e consumam mais cultura. Na França, 70% dos recursos da cultura são gastos apenas em Paris".

Não deveria a nova lei contribuir para o equacionamento das disparidades sociais, econômicas e culturais existentes entre os estados, fruto de modelos centralizados sob os quais foi montada a moderna indústria cultural brasileira? Essa visão provinciana com relação à distribuição dos recursos tenta impedir que os diversos fundos públicos funcionem de forma a fortalecer o potencial artístico e cultural de cada região.

A juventude brasileira – e, dentro dela, os estudantes – vive um momento especial da vida onde os valores, crenças, hábitos e educação estão sendo "cultivados" (não à toa, cultura vem do termo "colere" – cultivar). Arriscaria dizer que é essa a parcela da sociedade que mais produz cultura. Se melhores condições houvesse, seria também a que mais consumiria.

O Vale Cultura proposto pelo MinC no valor de R\$ 50,00 (o governo dará 30% de renúncia fiscal, o empregador 50% e o trabalhador 20%) deve estar, assim, à disposição de bolsistas pesquisadores, estagiários e jovens do primeiro emprego, a fim de facilitar seu acesso aos bens culturais.

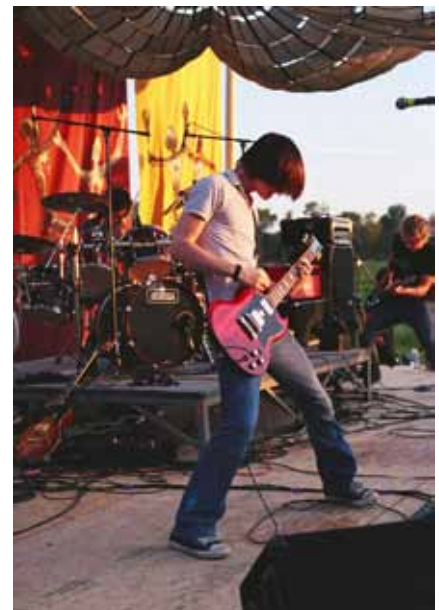
Em nossa opinião, ao abrir novas cotas para o incentivo via renúncia fiscal (hoje só é permitido 30% ou 100%), o Ministério da Cultura deveria estabelecer também novos critérios, tal como a acessibilidade social, para a seleção e obtenção de recursos dentro dessas faixas. Assim, os projetos culturais alocados dentro das novas faixas de dedução de 80%, 90% e 100% deveriam isentar o jovem (caracterizado hoje pelo

Plano Nacional de Juventude como o indivíduo entre 15 e 29 anos) do pagamento de pelo menos 25% da entrada. Essa ação afirmativa estimularia os jovens a frequentarem novos espaços e programações culturais, e também a reivindicar a meia-entrada no âmbito de sua vivência escolar. 🗣️

* **FELIPE REDÓ** é graduando em História (UFRJ), diretor de cultura da União Estadual dos Estudantes do Rio de Janeiro (UEE/RJ) e coordenador do ponto de cultura CUCA da UNE/RJ. E-mail: felliperedo@gmail.com



A juventude brasileira – e, dentro dela, os estudantes – vive um momento especial da vida onde os valores, crenças, hábitos e educação estão sendo "cultivados" (não à toa, cultura vem do termo "colere" – cultivar). Arriscaria dizer que é essa a parcela da sociedade que mais produz cultura. Se melhores condições houvesse, seria também a que mais consumiria.



CNN dos pobres

Toni C*

Uma batida seca com a coronha do revólver no vidro lateral do carro estilhaça o silêncio daquela noite sem lua.

- Vai, vai, vai! – grita o encapuzado, apontando a arma niquelada para o rosto do motorista que treme, enquanto pede o que não tinha:

- Calma!

Essa é uma forma de falar da comunicação e de sua importância. A outra forma é contando alguns fatos verídicos.

Como na sexta-feira, por exemplo, quando li em meu celular o e-mail me convidando para comparecer com estas linhas. Foi o dia da estreia na internet do documentário, de minha autoria, *É tudo nosso! O Hip-Hop fazendo história*, gratuito e em alta definição. Toda semana um novo capítulo, us manos tem acompanhado igual novela. Foi também neste dia que fui assistir ao filme *Videolência*. Produção de jovens da periferia que começam a reconstruir a 7ª arte social. Cinema com denúncia, protesto, cultura e política, tudo junto e misturado. Para não complicar, eles se referem a tudo isso simplesmente como Cinema Popular.

No dia anterior havia participado do Ato contra o AI-5 Digital, como vem sendo chamado o Projeto de Lei do senador Eduardo Azeredo. Que pretende decretar a ditadura digital na internet e em equipamentos eletrônicos. Punindo até com cadeia hábitos do nosso cotidiano, como baixar música e trocar arquivos. Além de instituir a vigilância completa de tudo que fazemos em nosso computador. Nem o Dops tinha tamanho controle.



Sucata tecnológica

É inevitável tudo isso me lembrar um grande pensador brasileiro, reconhecido no mundo inteiro de nome Milton Santos. Que dizia que a revolução virá do oprimido, que será construída a partir da sucata tecnológica da burguesia. Falava iluminado pela pele preta, cabelos brancos e sorriso largo.

Ué!? Não foi isso que fizeram os jovens dos guetos diante da mudança tecnológica do surgimento dos CD's de música? Viram as lixeiras dos becos sujos cheias de velhos discos de vinil e aparelhos de som jogados fora. E transformaram os toca-discos em instrumentos musicais. Surgiu assim o DJ e, conseqüentemente, o hip-hop.

Isso volta a acontecer quando a tecnologia digital criada por eles impede que reconheçamos a diferença entre o original e a cópia.

Qualquer ação de comunicação é uma tentativa legítima de transformar o mundo.



Homem-placa no centro de São Paulo

Nas quebradas não tem cinema, nem teatro. Mas é onde os orelhões não são depredados, onde as *lan houses* são mais cheias e mais baratas e onde é preciso ter TV a gato para poder ver emissoras educativas.

Se a rapaziada com tênis furado, discos velhos e resto de tinta criou a primeira contracultura globalizada da história da humanidade, imagina o que não esperar dos computadores obsoletos que são descartados nas lixeiras. Da metareciclagem movido a tecnologia para transformação social. Dos softwares livres de impostos e restrições. Dos campeões de *playstations* na quebrada. Das editoras populares, produzindo livros da e para a periferia. Das rádios e TVs comunitárias. Dos que são rotulados de alienados extraindo de PCzinhos bichados pancadões de funk's cariocas. Imagina!

Qualquer coisa comunica nós!

Vi em algum lugar, já não me lembro onde, que qualquer ação de comunicação é uma tentativa legítima de transformar o mundo.

Engraçado é que podem achar que sou demasiadamente romântico: "Onde já se viu!? Periferia é periferia, comunicação é para os acadêmicos, para os profissionais..."

E lá estava eu preparando o vídeo de sete anos do Portal Vermelho, entrevistando o jornalista Luiz Carlos Azenha, quando ele, fazendo menção ao pensamento de Milton Santos, disse que as elites andam atordoadas, pois nunca antes os pobres no mundo tiveram tanto poder de intervenção. Produzindo conteúdos, arte, idéias. E eu, um moleque saído de Carapicuíba, filmando tudo com equipamento digital moderno do ponto de cultura.

A primeira vez que ouvi falar de rádio e TV comunitária foi ainda criança. Eu tinha um vizinho de apelido Sansão, que é meio cientista, meio nerd, meio gênio, apesar de ser um jovem maloqueiro igual a nós. Já mexia em computadores, coisa rara naqueles tempos, cursava eletrônica e desenvolveu com os colegas de curso um transmissor FM e UHF. Criaram uma TV que batizaram de Canal Menos, e uma rádio. Foi lá que ouvi falar pela primeira vez sobre a Guerra do Paraguai, tá ligado? Também lá ouvi os primeiros alertas para tomar cuidado com CFC, assunto do momento, gás nocivo à camada de ozônio. Só depois fui entender que os caras falavam CFC de forma irônica, se referindo a um ministro aspirante à Presidência da República com sigla também nociva, FHC.

Outro dia, folheando a revista da GOL enquanto fazia a outra globalização possível, li o redator escandalizado perguntar ao leitor: "Sabe quem foi o primeiro da redação a ter um MP7 importado com telefone, tocador de música, televisão...? Não foi o editor de tecnologia da revista, não foi nenhum jornalista, nem a secretária. Foi o motoboy da empresa."

Na Venezuela, durante o sinistro golpe que foi sobretudo um golpe midiático, enquanto o presidente Hugo Chávez estava sequestrado as emissoras reprisavam Tom e Jerry. Pequenos sites, jornais populares e rádios comunitárias se esforçavam para fazer comunicação contraofen-

Você acha que é à toa que o símbolo da maior emissora de TV do país é um olho azul, que quando pisca faz som de caixa registradora: plin-plin!?

siva. Motoboy que circulam toda a cidade se tornaram, literalmente, veículos de comunicação. Batiam nos postes de metais dos bairros populosos para que a periferia descesse os morros mobilizando as manifestações que restituíam seu presidente.

À toa

Não é à toa que a cidade de São Paulo se tornou a cidade proibida. Proibiram os meios populares de se comunicar: os cartazes lambe-lambe, a distribuição de jornais gratuitos nos faróis e até gritarem nas feiras livres. Não é à toa que o rap em São Paulo está proibido. Não é à toa que uma das parlamentares mais atuantes na área de democratização dos meios de comunicação, a deputada federal Luiza Erundina, quando prefeita de São Paulo foi uma das maiores responsáveis pelo desenvolvimento do hip-hop. Não é à toa que Chuck D, líder do grupo Public Enemy, chama o rap de CNN dos pobres. Você acha que é à toa que o símbolo da maior emissora de TV do país é um olho azul, que quando pisca faz som de caixa registradora: plin-plin!?

Não. Não é à toa.

4º poder

Os meios de comunicação se tornaram a acrópole moderna. Eram conhecidos como o quarto poder: julgam, sentenciam e punem ao vivo pessoas e instituições. Mas quem discute a imprensa?

Está no ar uma campanha criminalizando a política. Assim é a imprensa, que passa a exercer função de partido político da burguesia. Deixou de ser o quarto para se tornar o primeiro e por vezes o único poder.

Por isso mesmo, todos esses exemplos que dei de quilombos informacionais de resistência não bastam. No mundo digital, tudo vira zeros e uns e a única coisa que impede que uma rádio digital se torne uma TV é a legislação. Sendo assim, dos homens-placa ao tiozinho do carro da pamonha, incluindo toda a juventude das periferias produzindo comunicação, todos precisam descer os morros, devemos invadir a Conferência Nacional de Comunicação. Participar das etapas estaduais, dos comitês preparatórios. Pois, como dizia Aberlado Barboza, "Quem não se comunica..." Ah, você já sabe!

* * *

Uma batida seca com a coronha do revólver estilhaça o silêncio daquela noite sem lua.

- Vai, vai, vai! – grita o encapuzado, apontando a arma niquelada para o rosto do motorista que treme, enquanto pede o que não tinha:

- Calma!

Coloca a mão no bolso do paletó. E, antes de poder entregar sua carteira ao assaltante, é cravejado de tiros à queima-roupa.

O assaltante havia pensado que o motorista reagiria.

Essa é a outra forma de dizer a importância da comunicação. Ela pode poupar nossas vidas.

Pelo menos foi isso que vi refletido no lençol.

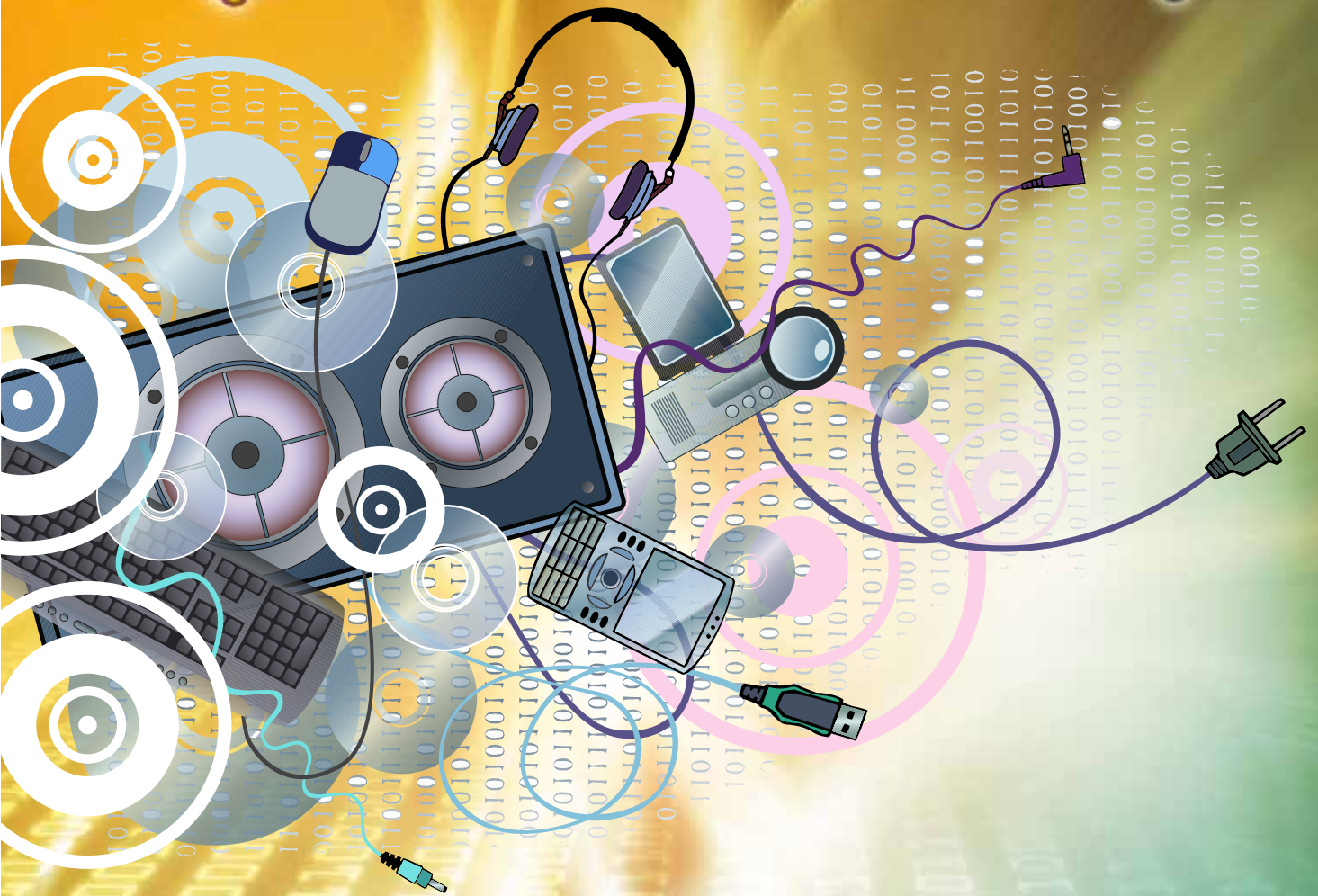
A tela do cinema, que foi exibido na favela. 🎬

* **TONI C.** é DJ e produtor cultural. Coordenador do livro e do ponto de cultura Hip-Hop a Lápis, é autor do vídeo-documentário *É tudo nosso! O Hip-Hop fazendo história*. É também membro da Nação Hip-Hop Brasil e da equipe do Portal Vermelho.



DOSSIÊ

JUVENTUDE & COMUNICAÇÃO



VÍDEOS@JUVENTUDES.BR: um estudo sobre vídeos compar

Heloisa Helena Oliveira de Magalhães Couto*

A revolução tecnológica por que passam o cinema e o audiovisual tem criado novas mídias, novos suportes e a integração entre as diversas plataformas, e configurado uma democratização natural da atividade, gerada pelo advento de câmeras, edição e cópias digitais de melhor qualidade, facilidade de operação e baixo custo. Se já ficou evidente que as maiores atividades econômicas das próximas décadas estarão relacionadas às indústrias associadas à informação e à comunicação, também é previsível que a convergência de mídias e a integração entre plataformas vão promover novas maneiras de pensar e de conviver no mundo das telecomunicações e da informática. No Festival de Cannes de 2000 um colóquio, promovido para debater as novas tecnologias, concluiu que o futuro do cinema seria digital (Merten, 2003). As mudanças na produção, na distribuição e na exibição, especialmente quando são utilizados os canais de TV a cabo, de TV independente e a internet, vis-à-vis o barateamento de custos, podem implicar na democratização do acesso à comunicação e à expressão. Podem também imprimir uma ética e uma estética “neorrealista” na nova produção cinematográfica brasileira.

O incremento da produção documentária pode ser uma indicação de que há uma oportunidade de se redefinir a teoria cinematográfica. Até porque as novas tecnologias expandem o efeito de realidade e proporcionam ao espectador uma posição mais interativa, onde cabe a

As mudanças na produção, na distribuição e na exibição, especialmente quando são utilizados os canais de TV a cabo, de TV independente e a internet, vis-à-vis o barateamento de custos, podem implicar na democratização do acesso à comunicação e à expressão. Podem também imprimir uma ética e uma estética “neorrealista” na nova produção cinematográfica brasileira.

ele decidir, por exemplo, a duração e a trajetória do evento, no caso do cinema expandido. Mas quando o suporte muda, o produto audiovisual continua sendo cinema? E se o filme for veiculado pelo celular?

Arlindo Machado (2003), ao caracterizar o vídeo como sincronização de imagem e som eletrônicos, sejam eles analógicos ou digitais, e entendendo imagem eletrônica como aquela constituída por unidades elementares discretas (linhas e pontos) que se sucedem em alta velocidade na tela, conclui que hoje quase tudo é vídeo.

Cinema digital para ele é uma forma de vídeo. Por um período breve os praticantes e mesmo os críticos bem que buscaram uma especificidade ou uma identidade para o vídeo. Para Dubois (2004), chamamos de vídeo um conjunto de obras semelhantes às do cinema e da TV, como um dispositivo, um evento, uma instalação. Por isso sugere pensar o vídeo como um estado e não como um produto, ou seja, como uma imagem que não pode ser desvinculada do dispositivo para o qual foi concebida. Em um de seus

textos, *O estado-vídeo: uma forma que pensa*, propõe que o vídeo possa ser considerado não mais como uma forma de registrar e narrar, mas como um pensamento, um modo de pensar, uma forma que pensa as imagens, o que elas são, fazem ou criam. E, na sociedade imagética em que vivemos, a imagem é configuradora de uma nova subjetividade. Para Dubois, nas suas relações com o cinema o vídeo aparece como lugar de um metadiscurso sobre o cinema. Já em relação à TV, o vídeo representa uma maneira de pensá-la com suas próprias formas, como imagem e como dispositivo. Talvez por isso a possibilidade de retrabalhar e recontextualizar as imagens seja uma constante em trabalhos com vídeo. Por vezes ele parece uma tentativa consciente de manipular e distorcer as imagens de um meio (a TV) que é frequentemente tratado como sendo capaz de influenciar a todos.

A evolução do vídeo sempre esteve à margem, de forma similar à da própria produção documentária, que por outro lado é a produção cinematográfica que mais intensamente tem utilizado a tecnologia

tilhados por jovens na internet



“argumentou que, se assistisse a um filme (...) seria capaz de, com grande esforço, identificar a imagem exibida em processo óptico daquela exibida em digital. Complementou dizendo que os olhos leigos jamais identificariam a diferença. O cinema é feito para multidões” (Luca, 2004).

A digitalização progressiva tem colocado muitos falando para muitos, inclusive muitos produzindo sites e vídeos para muitos que anseiam ver, comentar e divulgar o que assim se produz. A democratização do audiovisual vai configurar uma onda crescente de novos cineastas? Todos poderemos nos expressar, criando e contando histórias através dessas mídias, assim como podemos ler e escrever livros? Devemos aprender a linguagem do cinema/vídeo para que possamos nos comunicar de acordo com o tempo em que vivemos? Nesse percurso se instala o fenômeno cultural, técnico-comercial e político em que, em menos de dois anos, os sites para divulgação de filmes e vídeos se constituíram, tornando-se laboratórios para experimentação de uma produção vídeo-cinematográfica alternativa e, por que não dizer, inovadora.

Provocado pelo desenvolvimento de facilidades tecnológicas, especialmente as referentes às tecnologias de transmissão e compressão de dados, e pelo interesse crescente daqueles que produzem, selecionam, editam e trocam produções, a visibilidade que a internet oferece na difusão de vídeos surpreende pelos números apresentados. Diariamente 100 milhões de produções são assistidas por internautas que estão

vídeo. A filmagem em vídeo é menos dispendiosa e mais rápida, e a estética de sua imagem mais associada à realidade que à ficção, daí sua maior utilização nos documentários. A imagem vídeo deixa de ser matéria (como na fotografia, no cinema) para se tornar sinal. Não necessita de revelação química em laboratório. Possibilita a transmissão instantânea à distância (via satélite).

Hoje, a articulação do vídeo com o computador, especialmente na fase de pós-produção, permitiu o desenvolvimento de uma série de recursos eletrônicos. A diversidade de softwa-

res criados na área de vídeo permite atualmente a criação de trabalhos inteiros gerados eletronicamente dentro da ilha de edição, sem qualquer captação de imagens. No Festival do Rio que ocorreu em 2003, em face do pleito de alguns cineastas, os organizadores optaram por mudar os critérios até então seguidos, de só exibir filmes em película, e adotaram aqueles que já vigoravam nos Festivais de Cannes, Berlim e Veneza: os filmes puderam então ser exibidos em suportes digitais. Walter Carvalho, diretor de fotografia e de filmes como “Janelas da Alma”, na ocasião,

A juventude, conforme pesquisas (Marthe, 2006), já passa nos Estados Unidos mais tempo na internet que diante da TV, e é a maior consumidora de vídeos na rede.



em várias partes do mundo, apenas pelo YouTube, o mais popular dos sites de vídeos (em 10/10/2006 era responsável por 47% desse mercado, segundo o Jornal do Brasil). São curtas-metragens, das mais variadas procedências, diferentes níveis de qualidade técnica e relacionados aos mais variados assuntos, que os próprios usuários voluntariamente acrescentam aos acervos. É possível assistir à programação desejada, no horário escolhido, por quantas vezes for necessário, pausar, armazenar, distribuir e ainda comentar. Todos podem assistir a tudo. Quem quiser ver o filme “trash” pode assistir, e no horário que melhor lhe convier. E assim vai se invertendo a lógica da cultura de massa. Muitos vídeos apresentam trechos de programas de TV reeditados, sob novos enfoques.

Em seus sites as redes de TV disponibilizam gratuitamente os vídeos de seus programas, vídeos para entretenimento e serviços de interatividade. Mas são os sites que disponibilizam vídeos dos usuários os que se constituem em um mercado promissor. Há redes de TV e gravadoras interessadas em usá-los como plataformas para o lançamento de programas e videoclipes. Há ainda os que assinalam que uma revolução na forma de produzir TV vai se configurando nesses domínios e que os jovens impulsionam esse processo de mudança. E isso porque a juventude, conforme pesquisas (Marthe, 2006), já passa nos Estados Unidos mais tempo na internet que diante da TV, e é a maior consumidora de vídeos na rede. Convém lembrar o entusias-

mo dos jovens com o videoclipe, nos últimos 20 anos. Visto inicialmente como um meio para vender discos, o videoclipe tem a música como base do formato de contar histórias visualmente, o que implicou na renovação da linguagem audiovisual contemporânea.

Os jovens têm sido apontados como os grandes interessados e produtores de vídeos na rede. Até que ponto essas informações realmente procedem? O que os jovens estão produzindo hoje? Os vídeos estão sendo usados para contar histórias, registrar um momento, fazer arte? Qual a finalidade dos vídeos para os jovens? Que histórias estão contando? Tais produções têm contribuído para a produção de imagens de sujeitos e histórias que não aparecem nas imagens da mídia de massa?

Buscamos, com este trabalho, identificar e analisar como se configura a produção de vídeos, divulgados na internet, de jovens entre 15 e 24 anos. Que tipo de participação têm trazido para a produção de imagens na mídia e o que poderíamos dizer de seus interesses a partir do conteúdo dos vídeos divulgados.

Cabe aqui ressaltar que juventude é um conceito construído histórica e culturalmente e que é atravessado por tempos, lugares e culturas. É também marcado por desigualdades relacionadas a classe, gênero, raça, idade, local de origem ou moradia (Novaes, 2006). Isso não significa que não haja especificidades nessa etapa de vida, que se situa entre a proteção socialmente exigida para a infância e a emancipação advinda na vida adulta. O que queremos dizer é que o processo de socialização do jovem é concretamente determinado por sua condição histórico-social, a qual, por sua vez, é por ele determinada. Se por um lado a “juventude reflete e revela a sociedade de desigualdades e diferenças sociais” (ibid.), “é no mundo dos jovens urbanos que se fazem visíveis algumas das mudanças mais profundas e desconcertantes de nossas sociedades contemporâneas” (Martin-Barbero, 2002).

Logo, para entender o jovem das camadas médias da população urbana, no contemporâneo, devemos considerar o ambiente acelerado de mudanças em que se movimenta,

Espaços virtuais têm feito sucesso entre os jovens, principalmente porque são vistos como espaços de autoria, de diferenciação, de contestação e de brincadeira. Brincar faz parte do cotidiano dos jovens. Possibilita transitar entre fantasia e realidade. Na brincadeira, os participantes podem controlar os riscos da vida real.



Experimentar a liberdade e a autonomia criativa, ao mesmo tempo em que busca balizar-se com outros pares, parece ser o contraponto jovem à imposição midiática.

bem como a influência da mídia em seu processo de socialização. A internet, por exemplo, tornou-se parte importante da inédita experiência social desta geração. Atualmente há mais de 34 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos (Novaes, 2006). Por coerência teríamos que falar não do jovem, mas de juventudes, e, por consequência, das culturas juvenis brasileiras que têm se constituído na internet.

Através do mapeamento de suas práticas na internet, no que diz respeito à produção de vídeos, conteúdos e interesses, em pesquisa qualitativa, vimos construindo categorias que nos permitam realizar uma reflexão sobre essa produção jovem e traçar pontes que permitam o aproveitamento desse conhecimento na educação formal.

Culturas juvenis na internet

Internet, televisão (presente em mais de 95% dos lares brasileiros), celulares e videogames fazem parte do cenário atual da juventude. Nos ambientes virtuais, a convergência e o diálogo que vêm se estabelecendo entre mídias, suportes e linguagens têm introduzido facilidades para a produção e difusão de idéias, textos, imagens, sons. As tecnologias digitais, ao possibilitarem a criação

coletiva distribuída e o aprendizado cooperativo, e ao prolongarem capacidades cognitivas como a memória, a percepção e a imaginação, instituem espaços para sociabilidade, comunicação e construção de identidades.

São espaços para a projeção de imaginários. Tais espaços virtuais têm feito sucesso entre os jovens, principalmente porque são vistos como espaços de autoria, de diferenciação, de contestação e de brincadeira. Brincar faz parte do cotidiano dos jovens. Possibilita transitar entre fantasia e realidade. Na brincadeira os participantes podem controlar os riscos da vida real. Atividades lúdicas similares a situações e objetos reais, assim como em várias formas de expressão artística, permitem repetir situações prazerosas ou dolorosas pelo tempo que se julgar oportuno; alterar um final desagradável, tolerar situações ou exercer papéis que na vida real seriam proibidos. A reencenação – a repetição do jogo, do filme, da história – pode ajudar a entender limites, elaborar medos, angústias, perdas. É brincando, criando e contando histórias que é possível exercitar o controle da realidade, “reconstruir” o passado, exercitando um modo de ver e de estar no mundo. O jovem não teme a tecnologia porque a enxerga como um brinquedo, que vai conhecendo na medida em que vai operando. De forma geral tem curiosidade e facilidade na interação com as tecnologias de informação e comunicação,

desvendando rapidamente sua lógica de funcionamento ou tornando esse problema um artifício que promove relacionamento entre pares. Experimenta com ousadia e por isso mesmo transforma. Se há oportunidade, cria jogos ou histórias em diferentes linguagens e tecnologias. Assim, é possível colocar a imaginação a serviço da contestação ou criar novos usos e práticas políticas e culturais. O novo introduz componentes que antes não existiam, mas, sobretudo, possibilita ressignificar o já existente.

Experimentar a liberdade e a autonomia criativa, ao mesmo tempo em que busca balizar-se com outros pares, parece ser o contraponto jovem à imposição midiática. Cada vez mais a mídia toma para si a tarefa de socializar, de apresentar um modo de lidar com o cotidiano e resolver problemas, e os jovens vão sendo educados através de “tecnologias interativas” (televisão, internet, videogames) para os desafios de um mundo do trabalho que se desenha virtual. Embora sofrendo grande açoitamento pela produção de subjetividade da mídia, nem por isso os jovens deixam de surpreender através da ruptura. Observamos que, em muitas situações, os jovens não são meros espectadores, usuários passivos da mídia. Mesmo quando estão assistindo TV, o fazem “zapiando”, ou seja, editando novos textos, articulados com suas histórias pessoais. Através das redes telemáticas não se isolam, mas buscam novas formas de estar juntos.

Por meio da autoria o jovem exerce o direito de ser o protagonista de sua história e da definição (mesmo que virtual) de seus projetos presentes e futuros.

Por isso não basta entender como a mídia pode ser poderosa como fonte de informação, como influencia na consolidação de valores ou na formação de opiniões; ou ainda, pesquisar os efeitos da mídia sobre os jovens. Há que se estudar como a mídia se reconstrói a partir da leitura que os jovens instituem. Quando os próprios jovens registram e editam suas imagens e histórias passam a ser sujeitos do discurso? A apropriação e o uso do audiovisual possibilitam ao jovem recriar seu processo de socialização e intervir na realidade social?

Há iniciativas que articulam os apelos globais com as singularidades locais e regionais. Martin-Barbero (2002) considera o fenômeno do rock latino um fenômeno de ruptura que, conjugando criatividade e hibridações tanto do ponto de vista cultural quanto do ponto de vista político, articulou uma proposta nova, capaz de tornar urbana e internacional a música que era local e rural. Para ele a empatia dos jovens com a cultura tecnológica ultrapassa a atualização pela informação assimilada ou a facilidade em manejar novos dispositivos e equipamentos. O que está em jogo é uma nova sensibilidade produzida a partir da operação, interação e conexão midiática.

Impelida pela impulsividade inerente ao seu crescimento a juventude questiona, duvida, produz várias identificações e busca encontrar seu lugar no tempo e no espaço – situar-se como pessoa. Nesse processo de individuação – em direção a si mesmo – o jovem torna-se capaz de contestar tudo aquilo que

não seja ele próprio. Para descobrir quem é duvida de si e do que o cerca, do que sente, do que pensa. E acaba por revelar que sua visão de mundo não é a única, nem a melhor. Que não há a plena verdade. E isso incomoda, já que seu momento de mudança imprime a reacomodação de todos que o cercam. Ao ser combatido não se fomenta a criatividade, mas a violência. E a luta pelo poder se instala. Ao dominar criativamente modernas tecnologias de enunciação para colocá-las a trabalhar em seu benefício, inverte os pontos de vista. Inventa alternativas para garantir a preservação de sua autonomia e um modo de vida diferenciado. Tudo isso com alguma colaboração de outros jovens, que compartilham a mesma cultura. Para ilustrar poderíamos recordar a trajetória dos jovens engenheiros criadores do YouTube.

Vivendo um período de aceleradas e significativas mudanças sociais – em âmbito global ou local – a velocidade e a quantidade de informações e imagens, sempre crescentes, impõem o desejo de fixar o tempo. De cercá-lo de sentidos afetivos e culturais. De articular fragmentos de imagens e de textos que constituem sua história. De afirmar um modo de ser, de pensar, de agir. De criar um discurso que o constitua em hipertexto. A escrita de si mesmo – a publicização do privado – para lidar com o domínio público, que não domina, para lidar com o outro, como forma de inscrição no social. Produzindo blogs, games, videologs, fotologs o jovem reconstrói a noção de tempo, movimento e narratividade, comunicação. Através



do registro e articulação de textos, sons e imagens de pessoas, objetos, acontecimentos, paisagens, o vivido se fixa, se torna história. Transmite valores, idéias, produz um modo de ser e de se expressar. Experimenta emoções, sensações, identificações, vive outros personagens, como nos caderninhos de perguntas indiscretas que todos faziam questão de ler e preencher há alguns anos atrás, contando de seus interesses, segredos, medos e inquietações.

A popularização da internet acontece entre os jovens não apenas porque qualquer um pode ter acesso a informações ou porque pode facilitar a interação com um outro (virtual), a qualquer tempo e lugar, mas porque criar, distribuir, disponibilizar informações, imagens e produções audiovisuais está ao alcance de todos. A consequência direta é o aumento do número de produtores de informação (sites, blogs, fotologs, audiologs, videologs etc) e a possibilidade da manifestação de opiniões, versões, visões e pontos de vista, que rapidamente podem ser repassados, reconstruídos, abandonados (porque já se encontram ultrapassados). Esse espaço interativo de construção de conhecimento e constituição de subjetividade conduz a novas práticas de estar com o outro e de se conhecer.



A procura do contato é também uma busca de si, uma vez que as identidades individuais se constituem pelas identificações com as identidades coletivas.

Os grupos de “bate-papo” da internet se tornaram espaços privilegiados para experimentar construções e reconstruções de identidade que caracterizam o momento contemporâneo e auxiliam o jovem a explorar a possibilidade de tornar-se autor. Por meio da autoria o jovem exerce o direito de ser o protagonista de sua história e da definição (mesmo que virtual) de seus projetos presentes e futuros. E há público garantido para ouvi-lo. O jovem participa dos programas de relacionamento na internet porque quer conhecer o que outros jovens apresentam como modos de ser e de viver. As identificações vão sendo feitas por preferências (comunidades) e hábitos midiáticos (horário de acesso, por exemplo). Enquanto os rapazes têm assinalado uma preferência pelos games, as moças preferem os sites de músicas e os programas de interação, mas todos gostam de partilhar novidades e informações através das comunidades. Uma nova cultura vai se constituindo, promovida pelas mídias. Marcam encontro pelo MSN (programa de relacionamento) para irem jogar em outros sítios ou para se conhecerem coletivamente. Só depois de conversarem virtualmente é que podem combinar de ir ao cinema.

Nos sites, nos videologs e nos blogs o jovem conta histórias das quais é roteirista, diretor, ator e

produtor. Fala de si mesmo, descreve (sua) rotina, (seus) sonhos, romances, preferências e emite opiniões sobre tudo. Além de fazer um relato ou uma apreciação, procura manter o interesse do outro pelo que é revelado. Quer ser visto, citado, o que implica conhecer bem os códigos específicos do ambiente e pesquisar novas formas de manter a atenção. Também para ele não é a informação, mas a atenção, a moeda principal da economia virtual. As identidades são também uma questão de linguagem (Pais, 2006). É nesse jogo de interação com um outro que tenta atrair a partir da revelação de sua intimidade (real ou imaginada) e da interação com a própria produção criativa que vai constituindo sua identidade – a maneira pela qual se afirma, se diferencia ou se assemelha a outros.

Ao se articular através de sua produção (textual, gráfica e fotográfica), o jovem revela o que percebe/entende de si mesmo e como percebe/lê o mundo. Bombardeado pela mídia, que o incita na busca de padrões que nem sempre correspondem às suas necessidades, precisa decidir quem é e o que fará. Confrontado com o outro, compartilha segredos, inventa histórias, idealiza, copia, escreve para enfrentar o desconhecimento de si mesmo e para começar a experimentar suas capacidades reais. O interlocutor virtual facilita

a expressão. A possibilidade de não haver repressão é sedutora. O mundo virtual é real, mas não físico. No ambiente virtual suas proposições não parecem ser tão desordenadas. Nada disso se dá por acaso. O encontro (ou desencontro) como outro é uma busca de si próprio. A consciência da identidade individual somente é possível pelo reconhecimento do outro. Muito do que está fora de nós pertence à essência do eu que se revela no outro (Pais, 2006).

Nesse sentido, a procura do contato é também uma busca de si, uma vez que as identidades individuais se constituem pelas identificações com as identidades coletivas. Se esses encontros ocorrerem via MSN ou ICQ (ferramentas para mensagens instantâneas), isso não significa necessariamente falta de amigos na vida real, como nos sugere Eugenio (2006), mas uma camada adicional de sociabilidade disponível somente para alguns, e que para alguns faz sentido acionar.

Muitos pensadores afirmam que os jovens passam mais tempo vendo TV e falando simultaneamente ao celular, participando de games em rede ou *off line*, ou acessando programas de relacionamento na internet, do que na escola ou conversando com os pais. Alegam que isso pode torná-los mais individualistas, alienados e violentos.

A apropriação dos meios audiovisuais pelos jovens, através da produção de vídeos, de games, de revistas eletrônicas, imprime visibilidade às suas histórias, aos seus desejos e inquietações, possibilitando construir o protagonismo de sua vida.

Colocar os jovens em salas de aula do século 19 e obrigá-los a ouvir, sem conversar; fazer anotações, sem ilustrar; memorizar fatos distantes de sua realidade, entendimento ou interesse, e realizar testes para aferir sua progressão, como ainda acontece hoje em dia, é mais ou menos perigoso que a utilização desenfreada de games, TV e internet?

Estariam tais dispositivos preparando indivíduos passivos, repetidores de fórmulas, prontos para aceitar o discurso da exclusão e completamente despreparados para mudar o mundo e superar estruturas de dominação? Cabe salientar que essa população não conheceu o mundo de outra forma. A atual geração vai se constituindo na ordem da tecnologia, do consumo e da mídia. Entre a emissão de uma mensagem e a sua recepção há ampla negociação de significados, de valores, não há como ser passivo. Por outro lado, em termos de mídia o que prevalece é a heterogeneidade, inclusive dos conteúdos, ideologias e interesses comerciais veiculados. As mídias digitais favorecem a integração de linguagens, são mais acessíveis e interativas – de muitos para muitos –, e por isso mesmo podem promover uma atuação ativa por parte do receptor. A apropriação dos meios audiovisuais pelos jovens, através da produção de vídeos, de games, de revistas eletrônicas, imprime visibilidade às suas histórias, aos seus desejos e inquietações, possibilitando construir o protagonismo de sua vida. Sujeitos que ainda não estão prontos para o mundo dos adultos e permanecem silenciados ganham vez e voz, mostram o que são e o que pensam. E parece que fazer-se visível socialmente é um modo novo de exercer politicamente seus direitos.

Uma ponte com a Educação

Estudiosos de tempos e lugares diferentes têm apontado que, para um mundo desbussolado (Forbes, 2005), soluções têm sido descober-

tas por uma geração que cresceu envolvida pelas novas circunstâncias, e que não será igual à de seus pais. Para Guattari (1991) soluções individuais ou coletivas, referidas tanto à vida cotidiana quanto à reinvenção da democracia, na contramão da produção da subjetividade coletiva da mídia, devem ser incentivadas se desejamos prosseguir em direção a uma *era pós-mídia*, entendida como uma reapropriação da mídia por uma multidão de grupos-sujeitos, capazes de geri-la numa via de ressingularização.

Martin-Barbero (2002) acrescenta, no entanto, que precisamos de uma educação que não deixe os cidadãos despreparados frente às manipulações da mídia, que pode camuflar seus interesses e disfarçá-los de “opinião pública”. Somente assumindo a tecnicidade midiática como dimensão estratégica da cultura é que a escola pode hoje interessar a juventude e ajudar a produzir um uso crítico e criativo dos meios e tecnologias audiovisuais e telemáticos, preparando sujeitos autônomos capazes de saber ler e decifrar a publicidade e que, não se deixando influenciar, pensem e decidam por vontade própria.

Se hoje a evolução tecnológica tem criado novas mídias, novos suportes e a integração entre diversas plataformas – que conferem maior potencialidade de

deflagrar situações de ensino-aprendizagem de maior interatividade e motivação –, o grande desafio continua a ser o de superar a escola e os valores tradicionais da educação. Apesar das possibilidades oferecidas, ainda nos deparamos com

a inércia e os padrões tradicionais. Colocar os jovens em salas de aula do século 19 e obrigá-los a ouvir, sem conversar; fazer anotações, sem ilustrar; memorizar fatos distantes de sua realidade, entendimento ou interesse, e realizar testes para aferir sua progressão, como ainda acontece hoje em dia, é mais ou menos perigoso que a utilização desenfreada de games, TV e internet?

Como bem apontou o educador Anísio Teixeira, a principal função do professor não pode ser a de difundir conteúdos. Os meios de comunicação de massa o fazem com maior eficácia, de forma mais atrativa, em muito maior volume e precisão. Mesmo na educação à distância provida formalmente, a tendência é reproduzir a educação bancária de que nos advertia Paulo Freire (1996). Cada vez mais conectados, passivamente ou não, ao ciberespaço, os jovens exigem novos ambientes de aprendizagem. “A escola está deixando de ser o único lugar de legitimação do saber”, afirma Martin-Barbero (2006). A diversificação e a difusão de saberes que circulam por canais difusos e descentralizados, fora da escola, constituem importantes desafios para a sociedade contemporânea, inclusive porque os jovens, com frequência, apresentam informações mais atualizadas que as de pais e professores, sobre vários assuntos, ainda que fragmentadas. O desinteresse pela escola é crescente. A juventude aceita a mudança, afirmava Anísio (1969), e, complementando, as mídias fazem parte de sua história e de seu tempo. Não há como ou por que ignorá-las.


Não seria papel da educação desmistificar o poder da mídia? Desconstruir a linguagem da televisão? Debater o que se diz, o que se mostra e como se mostra na tela do computador, no jogo eletrônico, no filme? Ir construindo coletivamente um conjunto de valores compatível com uma gestão democrática dos meios de comunicação? Não cabe enaltecer ou desqualificar a tecnologia (Freire, 1996). A alfabetização digital não pode reproduzir a alfabetização que transforma os sujeitos em meros operadores de máquinas, sujeitos que lidam com tecnologias mecanicamente. O computador não faz aprender, mas quem desenvolveu uma atitude de educação permanente, como proposto por Anísio, e quer aprender, acaba por saber operar a máquina para pesquisar, trocar, conhecer. Educar é substancialmente formar. O papel do educa-

dor não é transferir, doar, depositar, mas desafiar para a autoria, para a criação do texto próprio e para a construção de espaços crescentes de autonomia.

Novas gramáticas ou topografias

Consideramos que o filme, entendido aqui não como película, mas como a forma de contar histórias através de imagens em movimento, reflete uma visão de mundo e ajuda a compreender o tempo em que vivemos. Através de nossos primeiros levantamentos temos observado que, quando podem se expressar através da linguagem do cinema/vídeo, os jovens usam a imaginação para o questionamento de padrões impostos e produzem trabalhos inerentes à sua própria realidade. Fortalecem assim sua autoestima e sua cultura. Ao longo da história de narração

através de imagens, seja através do vídeo ou do cinema, o processo de apropriação de determinada ferramenta ou tecnologia, sua utilização em processos de construção e de desconstrução, tem alavancado mudanças de ordem estética e se revelado essencial para a descoberta de novos códigos cinematográficos e videográficos, bem como de novos usos sociais dos meios de comunicação e informação.

Acreditamos que através da produção de vídeos é possível entender que a mídia constrói versões da realidade. É também possível desenvolver a capacidade de aprender a transformar essa mesma realidade para nela intervir, recriando-a. 

* HELOISA HELENA OLIVEIRA DE MAGALHÃES COUTO é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUBOIS, P. *Cinema, Vídeo, Godard*. São Paulo: Cosac&Naify, 2004.

EUGENIO, F. "Corpos voláteis: estética, amor e amizade no universo gay". In: ALMEIDA, M. I. M. de & EUGENIO, F. (orgs). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FORBES, J; REALE JR., M. & FERRAZ JR. T. S. (orgs). *A invenção do futuro*. São Paulo: Manole, 2005.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 19ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

"Google compra YouTube e liderança no mercado de vídeo". *Jornal do Brasil*, 10/10/2006.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. São Paulo: Papyrus, 1991.

LUCA, L. G. A. de. *Cinema Digital: um novo cinema?* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado & Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2004.

MACHADO, A. (org). *Made in Brasil – três décadas do vídeo brasileiro*. São Paulo: Itaú Cultural, 2003.

MARTHE, M. "A nova era da televisão". *Revista Veja*. Set, 2006. pp. 89-99.

MARTIN-BARBERO, J. "Jovens: comunicação e identidade". *Revista Pensar Iberoamérica*. Fevereiro 2002.

MARTIN-BARBERO, J. "Tecnidades, identidades e alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século". In: MORAES, D. (org). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MERTEN, L. C. *Cinema: entre a realidade e o artifício*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003.

NOVAES, R. "Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias". In: ALMEIDA, M. I. M. de & EUGENIO, F. (orgs). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PAIS, J. M. "Buscas de si: expressividades e identidades juvenis". In: Almeida, M. I. M. de & Eugenio, F. (orgs). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

TEIXEIRA, A. *Educação e o mundo moderno*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

A constituição de identidades juvenis na era digital

Fátima Hartmann*

Neste artigo, pretendo trazer para o debate algumas contribuições que nos permitam pensar nos/sobre os processos de constituição de identidades juvenis na era digital, ou seja, em como os jovens destes tempos vêm sendo narrados e de que modo, em relação com as novas tecnologias de comunicação e de informação, eles passam a ser produzidos enquanto sujeitos, assumindo, incorporando determinadas identidades e não outras. Para tanto, em um primeiro momento procuro, de forma sucinta, falar sobre as mudanças e reestruturações pelas quais estamos passando na contemporaneidade, em uma era denominada “digital”. Em seguida busco articular alguns materiais como *Aki a gente tah em ksa!* e *Eles não vivem sem celular*, reportagens veiculadas em junho de 2004 pela revista *Veja* com o intuito de pensar/problematizar a constituição de identidades juvenis na era digital. Nesse sentido, estabelecerei interlocuções com autores como Don Tapscott, José Manuel Valenzuela e Elisabete Garbin, entre outros.

Em tempos de tecnologias digitais

Nestes tempos de mudanças e reestruturações, em uma época marcada pela invenção das máquinas, pelo avanço da microeletrônica e pelas transformações tecnológicas nas áreas da comunicação e da informação, importantes questões e desafios são colocados a nós. Cada



vez mais as máquinas vêm ocupando os diferentes domínios da esfera social. São os caixas eletrônicos, os votos por computador, os videogames, os carros com computadores de bordo, os eletrodomésticos com diferentes utilidades e cada vez mais avançados.

De forma crescente, computadores podem ser encontrados em nossas casas, nas escolas, em empresas, em cybercafês, dentre outros. Estamos cercados pelas tecnologias digitais: computadores, câmeras, videogames. Tudo isso faz parte de nossas vidas. Quantos/as de nós não sabem mais viver sem essas máquinas, sem essas tecnologias do nosso tempo? Um dia sem computador, sem acessar e-mails, sem conectar-se à internet pode acabar, para muitos/as que utilizam esse artefato, em um grande “pesadelo”.

Imaginemos a vida de um jovem como Rodrigo, por exemplo, que acorda de manhã e vai direto para o computador, que não vê a hora de chegar em casa do colégio para conectar-se novamente à internet (*Fantástico* (1), 21/09/2003). Ou então de André, que quando sai de

casa é para fazer o mesmo que já estava fazendo – ou seja, ele deixa seu computador e vai para uma *lan house* (2) divertir-se com jogos eletrônicos. Em uma entrevista para o programa *Fantástico* (*ibid*), André expressa: “O computador é minha vida”.

Assim como Rodrigo e André, outros jovens, “filhos” de uma era digital (Tapscott, 1999), não imaginam como seriam suas vidas sem essas tecnologias. “É uma geração com uma cabeça totalmente diferente” (*Globo Repórter* (3), 28/05/2004), argumenta o pai de um outro menino. Para seu aniversário, Lucas, ao invés de festejar em casa com os amigos, escolheu uma *lan house* para comemorar seus 12 anos. “Os computadores estão ligados em rede. Os grupos escolhem se querem batalhar na Idade Média, lutar na Segunda Guerra Mundial ou matar e morrer nos dias de hoje mesmo. Os docinhos ficam esquecidos em um canto. E os pais, perdidos no tiroteio” (*ibid*). “A geração dele já foi”, diz Lucas, referindo-se ao pai. “Agora é computador, videogame, essas coisas”, constata o jovem.

Além dos sentidos prévios de pertencimento que os jovens carregam consigo quando estão nos chats, há toda uma constituição de identidades que também se expressa nas conversas entre os grupos, que se intercomunicam nesses espaços.

Constituindo identidades juvenis

Conforme Valenzuela (1998), a juventude pode ser entendida como um conceito que tem sofrido variações fundamentais no tempo. O autor nos fala que essa condição de ser jovem não pode estar desvinculada do contexto histórico e sociocultural. O próprio conceito de juventude passa a ser compreendido como relacional, ou seja, como correspondendo aos processos históricos e culturais nos quais está inserido e se inscreve. Desse modo, não se pode definir determinadas características para o que denominamos como sendo juventude encerrando o conceito nele mesmo. Devemos ao contrário considerar, como nos propõe Valenzuela (1998), uma condição de ser jovem, que se produz e se inventa em diferentes tempos e épocas. Para o autor (ibid), “a juventude é uma construção que seleciona atores e características” (p.39, tradução nossa). Não se trata, portanto, de uma definição ingênua e nem asséptica.

Sendo assim, podemos pensar a constituição de identidades juvenis na era digital como um processo que se dá no interior e através de um tempo, marcado pela invenção de novas tecnologias digitais e pelas relações que esses jovens estabelecem e vivenciam junto a essas tecnologias.

Tapscott (1999), ao falar sobre a crescente e irreversível ascensão da geração digital, explicita que uma revolução nas comunicações está moldando uma geração e seu mundo, um fenômeno que pôde ser verificado e vivenciado antes com o impacto da televisão sobre a sociedade em geral. Mas para os jovens de hoje, cercados pela mídia digital, os digitalmente versados *N-Gen* (4), até mesmo a mídia televisiva deveria tornar-se interativa, difundir-se, modificar-se, ou seja, transformar-se em uma outra faceta da Internet.

Hoje, como aponta uma edição especial da revista *Veja* (2004), ser jovem significa, dentre outras coisas, viver “interligado” através das tecnologias digitais. “Eles não vivem sem celulares” (ibid, p.76). Mais do que uma tecnologia, “o aparelho virou um item definidor de sua personalidade” (ibid). Eles não vivem sem estar *on-line*, sempre “ligados”, conectados aos mais variados recursos tecnológicos, mas principalmente à internet. Através da rede mundial de computadores, os jovens têm acesso a uma série de

artefatos, lugares, pessoas, livros, músicas, museus, bibliotecas, sites de busca, salas de bate-papo (chats), blogs (5), dentre outros. Segundo a reportagem *Aki a gente tah em ksa* (Veja, 2004), todos esses recursos e a comunicação instantânea fazem da internet o espaço onde o jovem afirma sua identidade.

Nesse sentido, com base em Garbin (2003) gostaria de argumentar que passa a emergir, nestes tempos, uma cultura jovem diferente de outras. Ao invés de saírem para as ruas, shoppings centers, cinemas e parques, esses jovens preferem conectar-se ao computador e comunicar-se com outros.

Em suas análises, a autora nos fala que a internet tem sido especialmente focalizada no que diz respeito às identidades. Quando se comunicam com outras pessoas através de e-mails, chats e listas de discussão, os jovens podem adotar identidades fictícias, criadas por eles mesmos. Essas identidades podem variar conforme contingências e circunstâncias do momento, interesses, estados de humor.

Passa a emergir, nestes tempos, uma cultura jovem diferente de outras.





A reorganização de cenários culturais é permeada por constantes cruzamentos de identidades. Nesse *mix* cultural, essas identidades se hibridizam, aproximam-se ou se distanciam, são deslocadas, negociadas umas com as outras, em um constante processo de identificação.

As comunidades virtuais na internet abrem campo para uma flutuação de identidades. Assim como em comunidades “reais”, as identidades em comunidades virtuais são representadas e se constituem nas conversas, nas perguntas, nos comentários, nos usos que fazemos da linguagem, constituindo diferentes posições de sujeito para os internautas.

Além dos sentidos prévios de pertencimento que os jovens carregam consigo quando estão nos chats, há toda uma constituição de identidades que também se expressa nas conversas entre os grupos, que

Não desconsidere o número crescente de sujeitos que não têm acesso às tecnologias digitais (celulares, câmeras, computadores, jogos eletrônicos). Apenas chamo atenção para o fato de que, mesmo não podendo dispor de tais recursos, esses jovens fazem parte destes tempos, desta era digital.

se intercomunicam nesses espaços. As identidades são constituídas dentro e não fora do discurso, sendo produzidas em locais e contextos históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas, sendo, assim, “mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma ‘identidade’ em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça (...)” (Hall, 2000, p.109).

Nesse sentido, Garbin (2003) concorda com Woodward (2000) quando afirma que a identidade é relacional, dependendo, para existir, de algo fora dela, de outra identidade. A identidade passa a ser, desse modo, marcada pela diferença. Sendo assim, Garbin (2003) ratifica a idéia de que a internet passa a ser um desses locais onde jovens constituem e são constituídos identitariamente. Segundo a autora, o que importa não é se suas idades, seus atributos físicos, seus gostos, seus gêneros, suas preferências se-


xuais são ou não verdadeiras. O que importa é pensar as identidades enquanto invenções culturais.

Desse modo, ao argumentar, através das reflexões realizadas neste artigo, que vêm se constituindo, nestes tempos, identidades juvenis em relação às tecnologias digitais, não estou desconsiderando outros modos de viver a juventude, nem mesmo os grupos juvenis que não se identificam com essa condição de ser jovem.

Também não desconsidero o número crescente de sujeitos que não

têm acesso às tecnologias digitais (celulares, câmeras, computadores, jogos eletrônicos). Apenas chamo atenção para o fato de que, mesmo não podendo dispor de tais recursos, esses jovens fazem parte destes tempos, desta era digital, e, portanto, também são frequentemente interceptados por essas transformações tecnológicas, sendo subjetivados pelos sentidos que circulam na cultura em relação a elas.

Sinalizando para o término desta comunicação, mas não para o seu encerramento, espero que este

primeiro ensaio possa nos impulsionar rumo a outras reflexões e análises. Mesmo considerando que muito ainda poderia ser dito, pensado, problematizado, é preciso finalizar, pois este texto possui limites estabelecidos em número de páginas, caracteres, o que mostra o quanto somos interpelados pelas tecnologias digitais. 

FÁTIMA HARTMANN é mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: fahartmann@hotmail.com

NOTAS

(1) O Fantástico é um programa veiculado no Brasil pela Rede Globo de Televisão, que vai ao ar aos domingos à noite.

(2) As *lan houses* são casas de jogos eletrônicos em computadores, onde os jovens disputam partidas coletivas. Segundo a revista *Veja* (2004), são 2000 estabelecimentos no Brasil, que estão entre os locais favoritos dos jovens.

(3) O Globo Repórter é um programa veiculado no Brasil pela Rede Globo de Televisão, que vai ao ar nas sextas-feiras à noite.

(4) Geração Net – Net Generation, ou, simplesmente, *N-Gen*. “O termo Geração Net ou *N-Gen* refere-se à geração de crianças que, em 1999, tem entre 2 e 22 anos de idade, não apenas aquelas que são ativas na internet. A maioria dessas crianças ainda não tem acesso à internet, mas tem algum grau de fluência no meio digital.” (Tapscott, 1999, p. 3).

(5) Os blogs (weblogs) consistem em um diário virtual onde podem ser incluídos, por qualquer um/a, registros diversos, tanto sobre sua vida quanto sobre outros temas (música, futebol, tecnologia, política, artes, etc.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CRIANÇAS CIBERNÉTICAS. Fantástico (programa de TV). Rio de Janeiro: Rede Globo, 21 de outubro de 2003. Disponível em: <<http://fantastico.globo.com/fantastico>>

GARBIN, Elisabete Maria. “Cultur@s juvenis, identid@des e internet: questões atuais...” In: *Revista Brasileira de Educação*. Nº 23. Rio de Janeiro: Editora Autores Associados, Maio/Jun/Jul/Ago 2003, pp.16-39.

HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade?” In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. pp.103-133.

NOVA ADOLESCÊNCIA & HIPERATIVIDADE. Globo Repórter (programa de TV). Rio de Janeiro: Rede Globo, 28 de maio de 2004. Disponível em: <<http://redeglobo6.globo.com/Globoporter/0,19125,VGCO-2703-3369-4,00.html>>

SILVA, Tomaz Tadeu da. “A produção social da identidade e da diferença”. In: _____ (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. pp.73-102.

TAPSCOTT, Don. *Geração Digital: a crescente e irreversível ascensão da Geração Net*. São Paulo: MAKRON Books, 1999.

VALENZUELA, José Manuel. “Identidades Juveniles”. In: CUBIDES, Humberto J., TOSCANO, Maria Cristina Laverde, VALDERRAMA, Carlos Educarado H. (ed). “*Vivendo a toda*” – *Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Série Encuentros, Fundación Universidad Central. Santafé de Bogotá: Paidós, 1998. pp.8-45. “Internet: aki a gente tah em ksa”. *Revista Veja*. São Paulo, nº 32, ano 37, jun de 2004, pp. 68-71.

“Tecnologia: eles não vivem sem celular”. *Revista Veja*. São Paulo, nº 32, ano 37, jun de 2004, pp. 76-79.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 7-72.

Jovens tecnologias, novas juventudes

Angela Schirmer Simão*

Cada sociedade tem uma relação com o tempo e o espaço que se dá de acordo com suas necessidades e sua organização.

Na Idade Média o significado do espaço estava dividido entre o do corpo, onde vivemos, e o da alma, para onde iríamos depois da morte. Orientava-se a vida pelo mundo espiritual, que era dividido entre céu, inferno e purgatório, sendo que no primeiro a alma seria liberta do corpo e finalmente encontraria a felicidade.

Já na Modernidade o tempo e o espaço são independentes, e a noção dualista da Idade Média parece ter sido abandonada. O tempo no Iluminismo é o do relógio, coletivo tempo que rege a vida na cidade. Porém, o final do século 20 indica um novo desenho de espaço, onde a carne não penetra. Ele é chamado por muitos de espaço virtual ou ciberespaço. Nele, a tecnologia parece ser encarada como a nova manifestação de espaço que possibilita interações entre os mais diversos sujeitos, que muito frequentemente não se encontram presencialmente.

O espaço virtual ou ciberespaço retoma, de certo modo, a tradição interrompida pela Modernidade (onde não havia lugar para a alma), na medida em que resgata o dualismo material / imaterial. Na Grécia, o espaço imaterial era o Olimpo, onde habitavam os deuses.

Sabemos que, na cultura ocidental, talvez por herança de um processo histórico de civilização cristã, temos tendência ao dualismo, associamos imaterialidade com espiritualidade. Do espaço virtual parece surgir, em alguma medida, um sentido de religiosidade, que exclui

O espaço virtual ou ciberespaço retoma, de certo modo, a tradição interrompida pela Modernidade (onde não havia lugar para a alma), na medida em que resgata o dualismo material / imaterial.



contudo a noção de Deus enquanto manifesta por meio da crença na imortalidade ou na possibilidade de ressurreição. É uma ideia de vida eterna que, ao menos nos romances ciberpunks, não se associa a Deus ou à religião, e onde ficção científica e ciência encontram um ponto de convergência na repulsa ao corpo – por ser, nesse caso, uma carne que impede a perfeita integração com o mundo digital.

Parece nascer daí uma ojeriza ao corpo e, ao mesmo tempo, uma fantasia de se livrar dele para viver eternamente no mundo virtual. Reconhecer que a mente funciona de forma condicionada ao uso do corpo não é, nesses casos, uma ideia bem aceita. Disso resulta uma concepção de relação corpo/mente semelhante ao dualismo religioso corpo/alma. Nos dois casos o corpo parece ser algo pesado, que atrapalha o desenvolvimento do que realmente importa, e que talvez pudesse ser descartado visando a tornar possível a “verdadeira vida”. O mundo material passa a ser visto como obsoleto e opressivo, e deixá-lo em troca do

mundo virtual ou do ciberespaço parece ser o desejo, frustrado pelo peso da carne.

Para muitos, o espaço que não é material produz ou reproduz uma alma digital, um “eu” que prescinde do corpo. A moradia desse “eu” não é mais, entretanto, ao lado do Deus Pai, mas em torno do silício.

Complexas, multifacetadas e minuciosas tecnologias caracterizam a era fluida em que vivemos, encarregando-se de inscrever-nos em um ambiente onde as fronteiras consagradas entre realidade e ficção, entre experiência e representação, entre público e privado parecem desvanecer.

Não podemos perder de vista que ser jovem, em uma leitura atual, é partilhar de uma identidade juvenil – é assumir uma prática cultural. As juventudes hoje podem ser compreendidas, em larga medida, como comunidades de estilos atravessadas por identidades de pertencimento.

Por desestímulos sociais, ostracismo ou relações de poder, os jovens expressam suas opiniões, sentimentos, problemas e relações de



troca através daquele que se tornou o principal meio de disseminação de muitas culturas: a internet. Com blogs e fotologs (diários virtuais), através do Orkut (site de relacionamentos), do Twitter e de outros, os jovens se encontram e compartilham das mesmas e de diferentes ideias. Cumpre aqui ressaltar certo esforço para dar visibilidade às práticas culturais produzidas, compreendendo essas práticas como as diversas ações, processos de significação e ressignificação empreendidos e/ou vivenciados pelos jovens.

Considerando os aspectos históricos da construção social, falar de “juventudes brasileiras” é falar de processos resultantes de uma conjugação específica de herança histórica com padrões societários vigentes. Nesse cenário, entre os jovens brasileiros de hoje os mais pobres são os mais atingidos por processos de desqualificação geradores de desigualdades sociais. Ainda assim, a condição juvenil, se a pensarmos como etapa da vida que se situa entre a proteção socialmente exigida para a infância e a emancipação esperada na vida adulta, tem suas especificidades.

As pesquisas educacionais permanecem muitas vezes estranhamente mudas sobre práticas correntes entre os jovens.

No Brasil a juventude parece ter ganhado espaço na mídia, nos debates públicos e nas pesquisas acadêmicas. Isso não se dá à toa. Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), cerca de 50,5 milhões de brasileiros, um quarto da população do país, têm entre 15 e 29 anos, esse grupo etário nunca foi tão numeroso.

Muitos jovens não desfrutam de seus direitos mais fundamentais. Se considerarmos o termo “cidadania” a partir de definição apresentada pelo Mini Dicionário Houaiss (2003, p.111), qual seja, “condição ou direito de cidadão”, poderemos dizer que para muitos jovens, por enquanto, ela ainda é uma cidadania incompleta em temas fundamentais.

A juventude é vivenciada em diferentes contextos históricos, e a história não se repete. Assim, para pensar a condição juvenil contemporânea, devemos considerar a rapidez

e as características das mudanças no mundo de hoje. Segundo Novaes (2003), parece haver uma ampliação dos agenciamentos socializadores das juventudes, que extrapolam o âmbito da família e da escola, levando à ampliação da influência dos meios de comunicação e, mais especificamente, da internet. Apesar de serem muitos os que não têm computador em casa, os computadores de associações, centros comunitários e ONGs são reiteradamente utilizados pelos jovens.

Talvez devamos recuperar aqui que um dos objetivos deste texto passa por refletir sobre aquilo que podemos chamar de *novas cartografias subjetivas e tecnológicas*. Formas de sociabilidade e afetividade contemporâneas encontradas em setores da juventude de centros urbanos. Essa reflexão ancora-se, mais especificamente, nos resultados de uma pesquisa realizada basicamente na internet, mas não apenas por meio dela, pois, ainda que os jovens possam ter transformado a internet em uma categoria fundamentalmente espacial/virtual, ela também funciona como lugar de agenciamento de encontros presenciais. Assim, embora se possa dizer que a internet possibilita o compartilhamento de determinados sentidos entre jovens de diferentes lugares, o “lugar do encontro real” continua necessário e pode ser negociado através do virtual. É nele que os jovens constroem muitas das representações sobre si mesmos, processo que envolve o uso das novas tecnologias (internet, câmeras fotográficas digitais, telefone celular) como extensões corporais



É a juventude do conhecimento e da informação que depende, quase que imperativamente, de uma caixa de mensagens sempre a conferir, diariamente, um sentido de pertencimento ao mundo.

ativas, instâncias de tráfego informativo, de composição de si.

Mesmo diante dessa realidade, as pesquisas educacionais permanecem muitas vezes estranhamente mudas sobre práticas correntes entre os jovens. Nas teorias educacionais figura, ainda, a visão equivocada de que as identidades são dadas ou recebidas e não negociadas – virtual, social, política e historicamente.

Devemos inferir disso que todo docente é um gestor cultural, conscientemente ou não. Nesse sentido, talvez a melhor “lição” que um docente possa dar aos seus alunos é a de como podem eles ser gestores de sua própria vida.

Quando pensamos em como os jovens constroem a si mesmos, parece-nos que os educadores/as fazem bem em considerar as várias possibilidades de representações da juventude na cultura popular, bem como o que essas representações podem significar em termos de luta pela juventude e por seus direitos civis. O que se sabe sobre as relações entre escolarização, currículo, cultura popular e representações tecnológicas? Parece ser preciso compreender as histórias de desejo e necessidade que teimam em existir, apesar das condições hostis.

Considerando especificidades e singularidades do momento atual, sobretudo no que se refere aos processos mediante os quais se produzem distinções – ou seja, a reprodução dos códigos e competências tecnológicas que identificam os indivíduos como parte de certa classe social –, refiro-me aos efeitos acumulados de uma transmissão cultural assegurada não mais só pela



família e pela escola (e nem mesmo pelo Estado), mas através das novas tecnologias de comunicação e informação, que, junto com o patrimônio, estão constituindo também a essência histórica. Quem será o dono desse patrimônio? Os países, a sociedade civil ou as grandes empresas?

É a juventude do conhecimento e da informação que depende, quase que imperativamente, de uma caixa de mensagens sempre a conferir, diariamente, um sentido de pertencimento ao mundo. É a juventude do conhecimento e da informação que procura uma palavra chave em enciclopédias virtuais com a segurança de que ali acessa o dado verdadeiro, a resolução da dúvida. É essa mesma juventude que escreve um texto e

transforma-o infinitas vezes, recorrendo e colando, girando sobre si por vezes sem conseguir avançar, e perdendo para sempre os caminhos dos erros em busca de uma nova formulação ou palavra.

É a juventude de nossos tempos que descobre sites “mágicos”, capazes de remeter a experiências vividas no passado, cuja lembrança chega em imagens e sons recuperados por anônimos que talvez nunca serão conhecidos. É essa juventude que fotografa os encontros familiares sem precisar de mais do que segundos para devolver aos amigos e parentes a sequência de poses e sorrisos de uma breve felicidade; que se recolhe silenciosamente ao quarto e aprende, menina adolescente, os passos seguros de como tornar-se bela e sedutora, mulher inesquecível, ou, ao contrário disso, de como participar da comunidade de criaturas bulímicas e anoréxicas. É essa juventude que localiza amigos antigos, de infância, e experimenta o fugaz sentimento de preenchimento dos vazios, e que troca bens não só materiais, mas sobretudo imateriais. Essa é a nossa juventude, uma juventude que diz, como Paulinho da Viola, “meu tempo é hoje”, e que na contemporaneidade revela conflitos culturais cada vez mais agudos e intensos. Conflitos que a política cultural convencional – restrita às artes cultas, ao folclore e ao patrimônio – não é mais capaz de resolver. ❶

* ANGELA SCHIRMER SIMÃO, formada em Pedagogia pela UFRGS, participou da Comissão Organizadora da 1ª Conferência Nacional de Juventude

Revolução informacional, internet e cultura hacker

Sérgio Amadeu da Silveira*

A internet é a maior expressão da comunicação em rede. Ela foi criada a partir de um projeto militar no final dos anos 1950 e foi reconfigurada nos anos seguintes pelos acadêmicos, pelos hackers e por seus usuários. Antes de mais nada, é preciso esclarecer que o termo hacker não é sinônimo de criminoso que invade computadores. A expressão surgiu para caracterizar pessoas que tinham grande prazer e habilidade em escrever linhas de códigos para programas de computador. Nos anos de 1960 e 1970, os hackers se tornaram uma comunidade muito influenciada pela contracultura norte-americana. Acabaram criando uma cultura que se baseia na liberdade para enfrentar desafios e para compartilhar com todos os resultados de seu trabalho. Exatamente essas ideias de colaboração e de liberdade é que geraram uma reação das grandes corporações que queriam se apropriar privadamente do conhecimento – um bem que era e deveria ser coletivo e público. Com o tempo, essas corporações passaram a usar suas gordas verbas de publicidade para que a imprensa confundisse o termo hacker como sinônimo de criminosos da informática. Mas o termo está em disputa até hoje. Para falar daqueles que invadem computadores e roubam dados a palavra adequada é cracker.

O sociólogo Manuel Castells, um dos maiores estudiosos da sociedade informacional, diz que “a Internet nasceu da improvável interseção da *big science*, da pesquisa militar e da

Corporações passaram a usar suas gordas verbas de publicidade para que a imprensa confundisse o termo hacker como sinônimo de criminosos da informática.

cultura libertária”. A internet não é uma única rede. Trata-se de uma rede de redes. Ela não possui donos, nem sede, foi e é desenvolvida colaborativamente. Seus protocolos de comunicação garantem a liberdade dos fluxos de informação. Ela não tem centro, e por isso chamamos a internet de rede de comunicação distribuída. Nela, ninguém tem condições de controlar o que o outro irá publicar, pois não é necessário nenhuma autorização para criar um site, um blog ou um novo formato e até uma nova tecnologia. Na internet, como bem apontou o professor Lawrence Lessig, prevalece a cultura da liberdade e não a cultura da permissão.

A comunicação que realizamos na internet é bem diferente da que existia no mundo do *mass media*. O pesquisador Yochai Benkler esclarece que a internet reduziu muito os custos para se tornar um falante, para expressarmos nossas opiniões e divulgarmos nossos conteúdos. A luta pela democratização da comunicação no mundo industrial passava por conseguir espaços para poder falar. A internet reduziu esses bloqueios. Na rede, agora, o difícil não é falar, publicar ou escrever, mas ser ouvido, lido e visto. Vivemos uma outra economia da informação, onde a dificuldade está na obtenção de atenção.



O jornalista Sérgio Amadeu

Na internet não se coloca a idéia de emissor e receptor do mundo do *broadcasting*. Como escreveu Alex Primo, na comunicação mediada por computador somos todos interagentes. A rede está revolucionando a comunicação.

As tecnologias de comunicação e informação estão penetrando no cotidiano das nossas sociedades e permitindo que grupos isolados possam se integrar em uma cibercultura; que indivíduos ganhem mais força, e que um único blog possa enfrentar e desmentir poderosos grupos de comunicação. A liberdade construída na rede vem de sua arquitetura e de seus protocolos

Querem transformar quem usa as redes P2P (peer-to-peer) para compartilhar suas músicas e vídeos preferidos em pessoas pertencentes às “novas classes perigosas”.



Foto: Cristiano Sant'Anna/indicefoto.com



tecnológicos, criados a sob forte influência da cultura libertária dos hackers. Essa liberdade de criação de conteúdos, formatos e tecnologias, sem necessidade de autorização de nenhuma hierarquia estatal ou empresarial, é que faz a rede ser o grande ambiente de invenção, inovação e um grande espaço de ampliação da diversidade cultural. Por isso, é preciso observar que a rede é uma obra inacabada, pois é uma obra coletiva e aberta que está à espera da próxima inovação. Até 1989 não existia a web, o modo gráfico da internet. Tim Berners-Lee foi o principal criador do protocolo “http”, que viabilizou o desenvolvimento de softwares de navegação capazes de disponibilizar imagens e hipertextos, os chamados browsers. Sua criação foi compartilhada e utilizada por todos. Tim Berners-lee seguia a lógica hacker. Ele não pensou em patentear a web. Com seu ato generoso, Tim combateu a lógica proprietária da micro\$oft. Ele pensou em garantir o uso mais amplo do conhecimento tecnológico.

A lógica da colaboração é a lógica da internet. A maioria das pessoas quer participar, quer poder criar e recombina as criações. Essa é a essência da cibercultura. O criador do termo ciberespaço, autor da obra de ficção mais representativa do ambiente de redes, chamada *Neuromancer* – inspiradora de várias áreas das ciências e do filme *Matriz* – disse que “a cibercultura é remix”. O professor André Lemos lembra que a cultura das redes digitais está reunificando as artes e a tecnologia, que viviam separadas desde o Renascimento. Outra coisa fundamental é perceber que a internet permite que todos os grupos sociais possam portar os seus conteúdos para o mundo digital. Nele, os conteúdos estão livres de seus suportes: a música está liberta do vinil, a imagem liberta da película e o texto foi definitivamente liberado do suporte de papel.

Essa imensa liberdade da rede e as possibilidades de recombina os conteúdos e fundir texto, som e imagem tornou obsoleta as indústrias de intermediação, ou seja, a

velha indústria cultural. Entretanto, os intermediários reagem de modo truculento. Ao contrário de buscar novos modos de produção e distribuição dos bens culturais, tentam controlar a rede e criminalizar práticas cotidianas de milhões de pessoas. Querem transformar quem usa as redes P2P (peer-to-peer) para compartilhar suas músicas e vídeos preferidos em pessoas pertencentes às “novas classes perigosas”. Todavia, o compartilhamento é a alma da comunicação em rede. O bem imaterial que trocamos nas redes não desgasta o original, pode ser copiado sem as limitações da escassez típicas de qualquer matéria. Na rede, a propriedade de algo é bem menos importante do que o relacionamento.

O Brasil é um país importante no mundo das redes. Somos mais de 60 milhões de internautas. Temos uma cultura tradicionalmente recombina nte. Somos a fusão de

LIBERDADE

Contra o controle e a vigilância na internet



Ato contra o Projeto de Lei conhecido como "AI-5 digital", que pretende instituir a vigilância sobre a internet

muitos povos e, por isso, nos damos tão bem na internet. Somos as pessoas do mundo que mais navegam na rede em horas/mês. Mais de 60% dos usuários do Orkut, site de relacionamento também denominado de rede social, são brasileiros. O Brasil também tem participação expressiva em MySpace, Facebook e Twitter. Nossa blogosfera é crescente e somos conhecidos no planeta como o país do software livre. Sabemos que a riqueza está na rede e a rede é fundamental porque une e articula, porque amplia nosso relacionamento, nossas possibilidades de acessar informação e transformá-la em conhecimento.

Assim, não devemos dar ouvidos ao Ministro das Comunicações Hélio Costa, que pediu para as crianças largarem o computador para voltar a ver televisão. Devemos aumentar nossa inserção na rede mundial de computadores. Precisamos baratear o custo da banda larga, pois do contrário aprofundaremos as assimetrias em nosso país, já que para alguns brasileiros ver vídeos na rede será possível e para os que têm conexão discada, não. Precisamos financiar as *lan houses* para que jovens possam viver como pequenos

empresários da informação. Também necessitamos aumentar o número de telecentros gratuitos nas áreas mais carentes. Queremos e podemos formar nuvens digitais de conexão nas cidades onde possamos usar nossos computadores para acessar via *wireless* (sem fio) a internet. Enfim, precisamos assumir o ciberespaço, aumentar a nossa presença cultural na internet, pois a riqueza nas redes está em sua capacidade de compartilhar e ampliar o conhecimento. ❶

* **SÉRGIO AMADEU DA SILVEIRA** é professor de Comunicação e Tecnologia da Fundação Cásper Líbero e ativista do software livre.

Nossa blogosfera é crescente e somos conhecidos no planeta como o país do software livre. Sabemos que a riqueza está na rede e a rede é fundamental porque une e articula, porque amplia nosso relacionamento, nossas possibilidades de acessar informação e transformá-la em conhecimento.



Convergência: um debate (e uma batalha) para a juventude

André Cintra*

Há uma luta à espera da mobilização e do engajamento da juventude brasileira. Ela diz respeito às consequências políticas, sociais e culturais da chamada convergência tecnológica. É uma luta sutil, cercada de aparências. À primeira vista, os jovens despontam apenas como beneficiários da integração cada vez mais sofisticada entre textos, sons, imagens e outras formas de comunicação. Mas o papel dos jovens não está restrito apenas à última ponta — a do consumo — dessa cadeia produtiva. Da mesma maneira, a convergência está longe de ser um fenômeno estritamente tecnológico, um mero fruto da revolução digital. Sem intervenções políticas deliberadas, as novas tecnologias são incapazes de garantir como e por quem elas próprias serão utilizadas. No limite, trata-se de uma manifestação da luta de classes — e o conjunto da sociedade, destacadamente a juventude, não pode furtar-se a esse debate.

Tome-se o exemplo da “batalha do iPhone 3G S”, que desafiou uma série de hackers diante da versão mais recente e badalada do “telefone inteligente” (smartphone) da Apple. Uma vez lançado nas lojas, no dia 19 de junho passado, o novo produto precisou de apenas três dias para alcançar a marca de um milhão de unidades vendidas. A empresa apresentava aos clientes um aparelho ainda mais revolucionário, com conexão mais veloz e bateria mais potente, além da possibilidade de criar

Na disputa por novos marcos regulatórios, o capital deixou representantes por todos os lados — inclusive no Ministério das Comunicações. Falta a juventude assumir essa bandeira em nome da sociedade



"A consciência da sociedade, os interesses sociais, a luta de classes — é isso o que define os arranjos tecnológicos".

e editar vídeos. Em compensação, por conta de uma série de bloqueios impostos por seus produtores, o iPhone 3G S não podia ser usado em todas as operadoras e aceitava tão-somente aplicativos aprovados pela Apple. Em menos de 15 dias, porém, as duas restrições caíram — e graças não à sensibilidade da empresa, mas, sim, à ação rápida e articulada de jovens a serviço de modelos menos concentradores. Primeiro, em 30 de junho, uma equipe de jovens hackers, batizada de iPhone Dev Team e fundada há dois anos, anunciou ter descoberto um meio para desbloquear especificamente o novo aparelho, que poderia, então, ser usado em qualquer operadora. Quatro dias depois, George Hotz, o GeoHot, um funcionário do Google de apenas 19 anos, apresentou em seu blog o hack "Purple Ra1n", abrindo o iPhone 3G S para qualquer aplicativo. As duas derrotas sofridas pela Apple foram reverses também para todo um poderoso regime regulatório a serviço do capital.

"A consciência da sociedade, os interesses sociais, a luta de classes — é isso o que define os arranjos tecnológicos", afirmou à *Juventude.br* o professor universitário Marcos Dantas, coordenador do Instituto de Mídias Digitais da PUC-Rio. Para descrever o modelo que cerca os marcos regulatórios da comunicação, Dantas compara o advento das novas tecnologias com as grandes invenções



da história. Lembra que, por trás de descobertas das mais célebres — a lâmpada incandescente, o telefone, o telégrafo sem fio —, não estão apenas nomes como os de Thomas Alva Edison, Alexander Graham Bell ou Guglielmo Marconi. "Dezenas de cientistas se envolveram em experiências que resultaram nesses feitos. Mas só alguns, eventualmente, ficaram mais famosos — e ficaram porque conseguiram unir o talento de inventor ao talento de capitalista. Eles foram ágeis para patentear, encontrar as associações de capital necessárias, construir empresas pioneiras. Os outros foram apenas inventores e desapareceram." Em praticamente todos os momentos históricos, o desenvolvimento tecnológico refletiu os conflitos da sociedade. "A tecnologia nunca nasce do nada", resume Dantas. "Nos anos 50, quando a robótica ainda estava incipiente em laboratório, os Estados Unidos perceberam a automação industrial como uma possível tecnologia capaz de diminuir o poder do sindicato no chão de fábrica. É uma direta apropriação tecnológica voltada à luta de classes."

O desafio está dado: a juventude em particular e o conjunto da sociedade em geral também precisam incorporar, em seu favor, as novas tecnologias que proliferam em meio ao acelerado processo de convergência. É fato que, até o momento, a cadeia produtiva da comunicação tende à verticalização. Cada vez menos empresas controlam mais e mais a criação, a programação e a transmissão de conteúdos. Um setor especialmente afetado é o audiovisual. Mesmo em nações desenvolvidas ou em desenvolvimento, são poucas as legislações que, a exemplo da francesa, protegem a cultura nacional contra a hegemonia norte-americana na TV e no cinema. O acesso à TV paga é crescente em escala mundial, a tal ponto que em países como Japão e Holanda não há mais residências com acesso exclusivo às emissoras abertas — todas as casas já recebem programação paga via satélite ou por cabo. Nos Estados Unidos, a TV paga chega a 90% dos domicílios. Além do mais, os americanos já finalizaram a era da transmissão analógica, que foi definitivamente desligada pelas

Mesmo em nações desenvolvidas ou em desenvolvimento, são poucas as legislações que, a exemplo da francesa, protegem a cultura nacional contra a hegemonia norte-americana na TV e no cinema.

emissoras à meia-noite do último dia 12 de junho. As cerca de 3 milhões de residências sem receptor digital ficaram sem TV.

A experiência brasileira padece de certas singularidades, especialmente a letargia. O fim da transmissão analógica, por exemplo, está previsto apenas para 2016. A TV paga, ainda modesta, mas emergente, passou de 3,5 milhões de residências em 2003 para 5,6 milhões em 2008. O que permaneceu inalterado foi a tendência ao oligopólio. “As operadoras são hoje os filtros entre o espectador e as redes de TV por assinatura que se criam no país. Duas delas detêm cerca de 80% do mercado. Na medida em que cresce o mercado de TV por assinatura, as operadoras mais se aproximam do papel de uma concessionária de TV aberta”, denunciou o jornalista Nelson Hoineff, em recente artigo para o Observatório da Imprensa. Segundo ele, “o negócio da TV por assinatura nasceu e cresceu como alternativa às limitações naturais

da TV aberta. No Brasil, ‘alternativa’ deixou de ser uma palavra adequada. A TV por assinatura reza pela cartilha da TV aberta, segue a mesma lógica, exclui os que já estavam excluídos, inclui os que já estavam incluídos”.

O canal pago de maior penetração no Brasil é o Discovery Kids, que, no ano passado, tinha 4,8 milhões de assinantes. À baixíssima qualidade que, com raras e nobres exceções, dominava a programação infantil e juvenil nas emissoras abertas, soma-se agora um universo de atrações padronizadas para crianças, adolescentes e jovens, do tipo “politicamente corretas”, gestadas nos marcos na indústria cultural e atreladas ao consumismo, sob a égide dos valores norte-americanos. A legislação do setor, pouco criteriosa, determina a defesa da cultura brasileira e da língua portuguesa apenas na TV aberta, não na paga. O problema é que as novas “febres”

infanto-juvenis, além de atenderem, todas elas, por nomes (e princípios) estrangeiros — High School Musical, Backyardigans, Ben 10 —, já migraram das emissoras pagas para os canais abertos. De acordo com a Folha de S.Paulo, em novembro de 2008 Backyardigans era exibido em 54 países e tinha mais de 800 produtos licenciados.

É imprescindível que também a luta pelo conteúdo brasileiro no audiovisual seja liderada por representantes legítimos da sociedade. Entidades como o Intervezes — Coletivo Brasil de Comunicação Social — e o FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação) já se destacam nesse sentido. Mas uma batalha de tal envergadura não será decidida enquanto não contar com o apoio dos movimentos estudantis, comunitários, sindicais e de outros setores organizados. Há um risco de que a TV Globo, numa manobra ardilosa, assuma a vanguarda desse discurso, supostamente em defesa do país — mas na realidade porque ela, uma gigante todo-poderosa no Brasil, é rival nanica diante das teles estrangeiras. E não só a Globo. Conforme enfatiza Marcos Dantas, a soma do que arrecadam todas as emissoras do país é inferior ao faturamento de qualquer um dos maiores conglomerados midiáticos. “Na verdade, se todo o PIB do audiovisual brasileiro estivesse nas mãos de uma única empresa, essa empresa seria apenas a 12ª do mundo na área de mídia”, contabiliza o professor da PUC.

Estão nesse exato ponto os interesses da Globo — a emissora que se arvora como reduto da programação genuinamente brasileira, mas não titubeia em beber na fonte dos sucessos internacionais, como o próprio High School Musical e séries como 24 Horas, Lost e Prison Break. É a mesma Globo que faz parcerias

À baixíssima qualidade que, com raras e nobres exceções, dominava a programação infantil e juvenil nas emissoras abertas, soma-se agora um universo de atrações padronizadas para crianças, adolescentes e jovens, do tipo “politicamente corretas”, gestadas nos marcos na indústria cultural e atreladas ao consumismo, sob a égide dos valores norte-americanos.





com produtoras estrangeiras como a holandesa Endemol para trazer ao Brasil reality shows execráveis, ao estilo do Big Brother Brasil e do Jogo Duro. De quebra, a emissora da família Marinho conta com um braço dentro do governo Lula desde agosto de 2005, quando o ex-repórter global e senador Hélio Costa (PMDB-MG) assumiu o Ministério das Comunicações (Minicom). Como ministro, Costa seguiu à risca a agenda pautada pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) — Rede Globo à frente —, interrompendo ações democratizantes levadas a cabo por seus antecessores, Miro Teixeira (PDT-RJ) e Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Em maio, durante a abertura do 25º Congresso Brasileiro de Radiodifusão, realizado pela Abert, Hélio Costa escancarou seus pontos de vista e deixou claro que está na ativa. Até demonstrou preocupação com a invasão do capital estrangeiro e das teles na área, ao dizer que “o setor de comunicação fatura R\$ 110 bilhões por ano. Desse total, somente R\$ 1 bilhão é do rádio e R\$ 12 bilhões das TVs. O resto vocês sabem muito bem onde está”. Por outro

lado, ao propor pretensas soluções, atacou de forma bisonha as novas tecnologias, revelou preconceito contra a juventude e cometeu uma série de sandices. “Você vai pegar o seu filho ouvindo o iPhone dele, ouvindo o iPod dele — e esquece de ouvir o nosso rádio. A gente tem que criar alguma coisa diferente para esta juventude, que está deixando de ver televisão e só fica dependurada na internet. A juventude que não ouve mais rádio e que fica só com aquele fonezinho no ouvido, ouvindo a música que quer. Essa juventude tem que voltar a ouvir rádio, tem que voltar a ver televisão”, provocou o ministro, esquecendo ou omitindo que a internet também propicia acesso à TV e ao rádio — o que muda é a mídia, o meio.

Com Costa, ademais, encerrou-se a perspectiva de o governo federal reconhecer a comunicação como um direito humano — ou seja, um direito que pressupõe a ação do Estado, por meio de políticas públicas e mecanismos de participação popular, para garantir a liberdade de expressão e o acesso livre à informação. Daí a atual feição elitista do Minicom, a escalada de criminaliza-

ção das rádios comunitárias, o lento e burocrático processo de inclusão digital. À revelia de Hélio Costa, o governo Lula convocou, para os dias 1º, 2 e 3 de dezembro, a Conferência Nacional de Comunicação. Embora os poderes dessa iniciativa sejam limitados e estejam parcialmente sob os auspícios do Minicom, a conferência é uma oportunidade histórica para a juventude e a sociedade intervirem nos debates regulamentadores das comunicações no Brasil. As discussões ocorrem num momento de reconfiguração do capitalismo. É necessário criar órgãos reguladores para todos os sistemas, com especial atenção aos marcos regulatórios das telecomunicações. É preciso democratizar o regime de concessões públicas de rádio e TV, com concessões mais transparentes e rigorosas. Essa batalha foi ganha, até aqui, pelo capital. Em nome de sua própria história e da soberania nacional, a juventude não pode abrir mão dessa estratégica bandeira de luta. ●

*ANDRÉ CINTRA é jornalista, editor de Mídia e Movimento Sindical do Portal Vermelho (www.vermelho.org.br)



EDUCOMUNICAÇÃO: em busca da democratização da comunicação e do exercício do direito à voz por parte dos jovens

Cláudia Regina Lahni* e Fernanda Coelho da Silva**

Além do uso histórico das concessões de rádio e TV como moeda política, o sistema de comunicação brasileiro é caracterizado ainda pela presença dominante de grupos familiares e pelos vínculos com as elites políticas locais e regionais. E, por mais que isso seja conhecido de toda a sociedade, há pouca (ou nenhuma) indicação de mudança. As autoridades, e até os próprios cidadãos, parecem se esquecer de que o que os concessionários têm é o direito de utilizar um meio por um período determinado. A comunicação é um bem público, não pode ser vendida ou submetida a interesses outros que não os do direito social à informação.

A lei brasileira restringe a propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão por parte de pessoas jurídicas, sociedades anônimas e grupos estrangeiros. O objetivo disso, a exemplo do que ocorre em outros países, é tornar clara a identificação dos concessionários e proprietários e impedir o controle do setor pelo capital estrangeiro. Mas tal medida tem como consequência o controle do setor por pessoas físicas ou grupos familiares, o que pode se mostrar, por vezes, mais complicado.

Outro problema é que a lei que veta o proselitismo político, religioso ou de qualquer natureza parece ser ignorada. A comunicação é um bem público, um direito de todos. É preciso que algo seja feito, que haja um movimento mais amplo da sociedade em prol da democratização da comunicação. Não é mais possível tapar o sol com a peneira. Não dá mais para aceitar que, enquanto os Marinho, os Collor de Mello, os Jereissati, os Magalhães e outros falem, os Silva e Pereira, por exemplo, se calem.

Mídia e minorias

A concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos agrava a cobertura estigmatizante que a mídia, em geral, destina às minorias. Vale a pena, aqui, refletirmos sobre o conceito de minoria e maioria. No artigo *Cultura e Ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero*, Roso, Strey, Guareschi e Bueno (2002) utilizam o termo maioria para se referir a qualquer grupo de pessoas que controle a maior parte dos recursos econômicos, de *status* e de poder, estabelecendo, assim, relações injustas com as minorias sociais.



Comunicação nacional: bem de todos nas mãos de poucos

As minorias, por sua vez, são entendidas como segmentos das sociedades que possuem traços culturais ou físicos específicos, que são desvalorizados e não inseridos na cultura da maioria, gerando um processo de exclusão e discriminação. Sobre a forma com que as minorias são representadas os estudiosos apontam que

A construção das representações sociais sobre as minorias e o estabelecimento das relações sociais entre minorias e majorias não são consequência natural destes traços culturais ou físicos, mas, sim, uma construção social que é circunscrita por força de relações político-econômicas (BUENO et al., 2002, p. 77)

Ser minoria é pertencer a um grupo ao qual foi negada autonomia e responsabilidade, que não tem a confiança nem é reconhecido por outros grupos. Tal grupo não se reconhece nos sistemas existentes de poder e crença e ele não representa tal sistema para ninguém.

Os autores afirmam que ser minoria é pertencer a um grupo ao qual foi negada autonomia e responsabilidade, que não tem a confiança nem é reconhecido por outros grupos. Tal grupo não se reconhece nos sistemas existentes de poder e crença e ele não representa tal sistema para ninguém. Quando tentam, são depreciados e expostos ao ridículo.

Roso, Strey, Guareschi e Bueno acreditam que isso pode gerar uma relação de opressão em que, a partir do olhar da maioria, o outro (minoridade) se apresenta com uma conotação negativa, e a “maioria” com uma positiva. “As pessoas não podem ser como querem; têm que ser como a maioria (...) ou serão consideradas desviantes, inadaptadas ou marginais. Nessa relação de opressão os estereótipos surgem e se cristalizam” (BUENO et al., 2002, p. 78).

Os estereótipos, como propõem os autores a partir de Hall (1997), fazem parte da manutenção da ordem social e simbólica, estabelecem uma fronteira entre o “normal” e o “desviante”, o que “pertence” e o que “não pertence”. “Estereotipar reduz, essencializa, naturaliza e conserta as ‘diferenças’, excluindo tudo aquilo que não se enquadra, tudo aquilo que é diferente” (BUENO et al., 2002, p. 78). O que vemos, frequentemente, é que a mídia, que tem potencial para exercer o papel de conscientizar os indivíduos, na verdade contribui para a manutenção da ordem social e simbólica. Com os jovens, a situação não é diferente. Inseridos nessa lógica, os adolescentes, em especial os moradores das periferias, são alvos fáceis da estereotipia da mídia.

Identidade juvenil e mídia

A mídia atua de forma decisiva na construção da identidade juvenil. Essa atuação tem ainda maior poder quando nos referimos à juventude pobre. Em seu artigo *Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais*, a pesquisadora Denise Cogo (2004) aponta três cenários para reflexão sobre mídia e identidades culturais. O primeiro deles é o das mídias como matrizes configuradoras das identidades culturais, o segundo refere-se às estratégias e políticas de visibilidade midiática das experiências identitárias dos movimentos sociais e o último deles é o cenário das demandas por cidadania. No primeiro desses três cenários, das mídias como matrizes configuradoras das identidades culturais, Cogo aponta que:

Mais do que meros dispositivos técnicos, mídias como a televisão, o rádio ou a internet passam a atuar como instâncias que atribuem visibilidade às ações de outros campos sociais e instituições e propõem e asseguram modos próprios de existência e estruturação de realidades pertinentes a esses campos (COGO, 2004, p.43)



A partir da colocação da pesquisadora podemos inferir o poder que a mídia tem em relação àqueles que não são agentes dela. A juventude pobre enquadra-se bem nesse perfil. Os jovens moradores de periferias viram notícia, na maioria das vezes, apenas sob o pano de fundo da violência. Se a primeira ligação que a sociedade faz em relação aos jovens das favelas e periferias é com a violência, a miséria econômica e cultural, isso em muito se deve à mídia. Para Silva (2007), no texto *A violência da mídia*, esta contribui, mais do que qualquer outra instituição, para a consolidação e a difusão de conceitos estereotipados.

De acordo com o professor Jaílson de Souza e Silva, que foi morador da favela da Maré no Rio de Janeiro e hoje é integrante do CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré), é preciso atentar para o processo de construção e reconhecimento da identidade

A mídia atua de forma decisiva na construção da identidade juvenil. Essa atuação tem ainda maior poder quando nos referimos à juventude pobre.

do jovem na cidade, assim como os pressupostos “adultocêntricos” dos discursos, que tratam a juventude, em especial a pobre, apenas sob a ótica do “problema social” e, portanto, como *objeto da ação* do Estado ou das instituições sociais. Processo este alimentado, em grande medida, pelos meios de comunicação.

O jovem oriundo das classes menos favorecidas, além de tantos direitos não respeitados, também não tem acesso ao direito à comunicação. Não se vê nos meios massivos (salvo em casos de violência, tráfico de drogas e outros restritos) e tão pouco tem acesso à produção de informação.

Diante da falta de espaço que a mídia oferece às minorias e da cobertura, por vezes preconceituosa, dos temas relacionados a ela, torna-se cada vez mais premente lutarmos pela democratização da comunicação. Acreditamos que esse seja um caminho indispensável para construirmos uma sociedade mais plural e polifônica.

A democratização da comunicação

Democratizar a comunicação significa garantir o acesso de todos à recepção e à emissão de produtos de comunicação. Desde 1960, a Unesco já trata do direito à comunicação. Na década de 70, ressalta-se que o direito à comunicação seria um direito humano e um avanço democrático.

Em 2001, na cidade de Genebra, esse debate é retomado com a criação da Campanha CRIS (*Communication Rights in the Information Society*), que no Brasil ficou conhecida como Direito à Comunicação na Sociedade Informacional (Peruzzo, 2004). O principal objetivo da CRIS é convocar a sociedade civil para essa discussão. Seu auge foi em 2003, ano em que esse tema é resgatado com muita força pela academia e pelos movimentos sociais.

Atualmente as discussões sobre direitos humanos no Brasil passam por mudanças. Eles deixaram de se limitar à questão da violência e da segurança pública. As organizações da sociedade civil começam a trazer os direitos humanos econômicos, sociais e culturais para o seio das discussões de direitos humanos tradicionais. Avança-se no sentido de resgatar a Conferência de Viena (1993), que afirmou a indivisibilidade e universalidade dos direitos.

Dessa forma, tratar os direitos civis e políticos como direitos de primeira geração e os direitos econômicos, sociais e culturais como de segunda geração passou a ser algo visto como um erro conceitual, propiciando, sobretudo, a construção de um novo discurso e a possibilidade de um olhar sobre os direitos humanos no Brasil.

Dentre os direitos socioeconômicos mais negligenciados no país está o direito à comunicação. O direito à informação é assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Brasileira de 1988, e o direito à comunicação é garantido por acordos internacionais, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e – quanto à liberdade de expressão – também pela Constituição. Mas, muitas vezes, esses direitos se limitam à teoria.

Dentre os direitos socioeconômicos mais negligenciados no país está o direito à comunicação.

Para Círcia Peruzzo (2006) os meios de comunicação a serviço de interesses populares têm importância para a mobilização, visando à transformação social. Ao divulgar novas fontes de informação, o cidadão comum é colocado como protagonista do processo, exercendo sua cidadania.

Peruzzo considera que a prática da cidadania não reside apenas no acesso à informação, mas também no acesso ao *poder de comunicar*, sendo uma condição para ampliação da cidadania. Nesse sentido, a educomunicação aparece como uma alternativa para deslocar os adolescentes do papel de meros receptores para o de emissores, exercendo, assim, sua cidadania.

Educomunicação

A educomunicação, embora já utilizada por Mario Kaplún, apenas recentemente ganha mais destaque. Para Kaplún o termo, cunhado nos anos 1970, pode ser entendido como a Leitura Crítica dos Meios. Segundo o teórico, o sentido e a aplicação da comunicação é muito maior do que o modelo de massa ao qual os países da América Latina são expostos. Kaplún, ao enxergar que a comunicação não procede senão em um diálogo, foi ainda mais fundo e esboçou o que seria uma rede de comunicação, assim como sua eficiência.



Ao longo de sua trajetória como teórico e defensor da educomunicação, Kaplún percebeu a intensa ligação entre essas duas ciências (educação e comunicação), que são interdisciplinares e indissociáveis.

Para o pesquisador, a comunicação tem o papel de formar e organizar as pessoas. Essa organização e essa formação são parte do processo de educar. Desse modo, ao longo de sua trajetória como teórico e defensor da educomunicação, Kaplún percebeu a intensa ligação entre essas duas ciências (educação e comunicação), que são interdisciplinares e indissociáveis.

Este texto aspira a converter-se em un instrumento de trabajo de aquellos comunicadores y estudiantes animados por una inquietud educativa; de quienes ven la Comunicación no sólo como una profesión y un medio de vida sino como algo más: como un servicio a la sociedad. Una práctica profesional así entendida no sólo requiere conocer y dominar los recursos mediáticos; necesita sustentarse en una pedagogía comunicacional (KAPLÚN, 1998, p.6)

O teórico critica o modelo de comunicação predominante. Modelo este que não concede aos movimentos populares a característica de diálogo plural e constante. O modelo “emissor - receptor”, de acordo com o pesquisador, soa falso. Não estabelece uma forma de comunicação, apenas transmite uma informação. “La verdadera comunicación no está dada por un emisor que habla y un preceptor-recipiente que escucha, sino por dos seres o comunidades humanas que dialogan (aunque sea a distancia y a través de medios artificiales)” (KAPLÚN, 1984, p.14).

O mesmo acontece com o modelo de educação tradicional. O educador é quem detém a palavra e o conhecimento, a ser dividido e escutado pelos estudantes. É o que Paulo Freire (1977), no seu livro *Pedagogia do Oprimido*, chamou de educação bancária. “Na educação bancária, o aluno é o banco onde o mestre deposita o seu saber que vai render largos juros, em favor da ordem social que o professor representa. Esta educação é um dos aspectos, e fundamental, da sociedade” (FREIRE, 1977, p.16). Quanto a esse modelo de educação Paulo Freire foi enfático:

Há que erradicá-la da face da terra, o mais rápido possível. Nesta educação vertical, hierárquica, autoritária, tudo se processa para imposição de um saber, pois que o professor sabe tudo e o aluno nada sabe e assim aceita, sem pestanejar, as normas que o Poder impõe. Procura-se, deste modo, desacreditar, extinguir, nos jovens, o espírito crítico, de liberdade e de responsabilidade e até a consciência da cultura e da identidade nacionais (FREIRE, 1977, p.17)

Paulo Freire tornou sua prática pedagógica um ato político e destacou, reiteradas vezes, que a prática de ensinar deve ser sobretudo uma comunicação, um diálogo. Para Freire, a prática de ensinar não deve ser considerada transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.




Para Raquel Paiva (2005), configura-se cada vez mais um ambiente em que as lutas sociais são norteadas pelas premissas da aparição midiática. A espetacularização assume estatuto panfletário. Portanto, para existir é preciso aparecer. A hibridação, nesse caso, parece a única saída possível, e algumas tentativas têm sido feitas nessa direção.

Paiva acredita que o imenso esforço que a comunidade científica faz em direção ao entendimento de educação e mídia deve ser considerado. Segundo ela, muitas são as tentativas, geralmente norteadas pela máxima de ensino à distância, premissa realizável graças ao desenvolvimento tecnológico, que não substitui, sob nenhum aspecto, o ensino presencial nem o que se espera do propósito educacional, mas pode complementá-lo. Entretanto,

Várias iniciativas, norteadas pelos princípios da educomunicação, buscam a democratização da comunicação. Tais iniciativas são realizadas em especial entre os jovens, com o objetivo de contribuir para ampliar a sua capacidade de ler criticamente os produtos midiáticos.

há muito ainda que pensar e tentar com relação às outras mediações. E o momento reivindica todos nós com urgência nesse exercício.

Atualmente, várias iniciativas, norteadas pelos princípios da educomunicação, buscam a democratização da comunicação. Tais iniciativas são realizadas em especial entre os jovens, com o objetivo de contribuir para ampliar a sua capacidade de ler criticamente os produtos midiáticos. Isso, feito a partir da prática. Ao fazer um fanzine, um programa de rádio, um vídeo, o jovem fica mais

atento para aquilo que é feito por outros e, potencialmente, se posiciona mais diante da comunicação massiva. Faz a comunicação do seu grupo e recebe de maneira mais crítica as demais. Assim, passa a tomar em suas mãos um direito de todos, o direito à voz. 

* CLÁUDIA REGINA LAHNI é jornalista, professora do Mestrado e da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

** FERNANDA COELHO DA SILVA é jornalista, mestranda em Comunicação na UFJF e bolsista Fapemig.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BUENO, Sandra M., et al. "Cultura e Ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero". In: *Psicologia & Sociedade*, jul./dez.2002, 14 (2): 74-94.

COGO, Denise. "Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais". In: PERUZZO, Círcia Maria Krohling. *Vozes cidadãs - Aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina*. São Paulo: Angellara, 2004, v. 1, p. 41-56.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KAPLÚN, Mario. *Comunicación entre grupos – El método de cassette-foro*. Bogotá: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 1984.

_____. *Una pedagogía de la comunicación*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

LAHNI, Cláudia Regina. "Educomunicação e cidadania: um estudo sobre o rádio no Território de Oportunidades e identidade juvenil". In: LAHNI, Cláudia Regina e PINHEIRO, Marta Araújo (orgs). *Sociedade e comunicação: perspectivas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 67-82.

LAHNI, Cláudia Regina e COELHO, Fernanda. "A comunicação a serviço da cidadania e identidade de adolescentes". In: FUSER, Bruno (org). *Comunicação para a cidadania: caminhos e impasses*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008, p. 209-226.

LIMA, Venício A. de. *Direito à Comunicação: Agenda impreterível para o novo governo*. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em 12 abril, 2008.

PAIVA, Raquel. "Mídia e Política de Minorias". In: Raquel Paiva de Araujo Soares; Alexandre Barbalho (orgs). *Comunicação e Cultura das Minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. "Comunicação como Direito". In: *IV Encontro Regional de Comunicação*. Palestra. Juiz de Fora: 2006.

_____. "Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania". In: OLIVEIRA, Maria José da Cosa (org). *Comunicação pública*. Campinas: Alínea, 2004, p. 49-80.

SILVA, Jailson de Sousa e. "A violência da mídia". In: PAIVA, Anabela; RAMOS, Sílvia. *Mídia e violência: novas tendências de cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: CESeC, 2007. Paginação irregular.

A juventude e o direito humano à comunicação

Altamiro Borges*

A mídia exerce um poder descomunal na sociedade, manipulando informações e deformando comportamentos.



A pós intensa e prolongada pressão dos movimentos sociais, o governo Lula finalmente convocou a 1ª Conferência Nacional da Comunicação para os dias 1, 2 e 3 de dezembro. Foi preciso dobrar a resistência dos barões da mídia, que exercem enorme influência na chamada “opinião pública”, contam com expressiva bancada de deputados e senadores e estão infiltrados no próprio Palácio do Planalto, principalmente através da figura do ministro das Comunicações, Hélio Costa – ou melhor, ministro da TV Globo. A convocação da conferência já representa uma vitória das forças progressistas e populares e é um marco histórico na luta pelo avanço da democracia no Brasil.

A exemplo das outras 53 conferências institucionais promovidas pelo governo, ela será precedida das etapas municipais (até 31 de agosto) e das etapas estaduais (até 31 de outubro). Sua comissão organizadora já está em pleno funcionamento, apesar das justas críticas à sua composição – que exagerou na representação dos empresários e discriminou inúmeros movimentos sociais. Dos três titulares do Legislativo, por exemplo, dois são ligados às empresas de radiodifusão. Os barões da mídia, que não queriam a conferência, farão de tudo agora para emplacar as suas posições. Daí a necessidade de os movimentos sociais priorizarem, desde já, essa batalha de caráter estratégico.

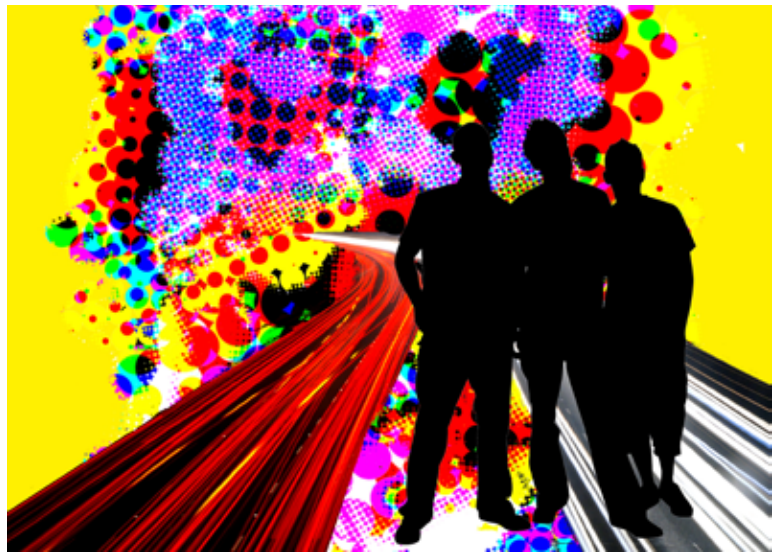
Entrave ao avanço civilizatório

A luta pela democratização da comunicação tem tudo a ver com as aspirações da juventude. Não haverá avanços civilizatórios sem que se supere o poder concentrado e manipulador da ditadura midiática. Da mesma forma como a água suja que sai das torneiras gera doenças, as informações distorcidas, a cultura enlatada e o entretenimento consumista que jorram pelos jornais impressos e pelas redes de rádio e televisão também nos contaminam e causam sérios danos à saúde mental. Da mesma forma como já encaramos educação, saúde e saneamento como direitos humanos, hoje é premente encarar a comunicação de qualidade e plural como direito humano inalienável.

Atualmente, em decorrência dos avanços tecnológicos nas comunicações e telecomunicações, da lógica monopolista do capitalismo e da desregulamentação neoliberal, a mídia exerce um poder descomunal na sociedade, manipulando informações e deformando comportamentos. No campo informativo, ela criminaliza os movimentos sociais, discrimina segmentos da população, justifica guerras, torturas e genocídios “bushianos”, agenda a política, fabrica “caçadores de marajás” e “príncipes da Sorbonne”, destrói reputações, desestabiliza os governos progressistas e promove “golpes midiáticos”, entre outros graves atentados à democracia, às leis e ao Estado de direito.

No campo comportamental, a mídia mercantiliza a vida. O que importa é o ter e não o ser. Como afirma o mestre Eduardo Galeano, para os barões da mídia o “tempo livre é tempo prisioneiro; as casas muito pobres não têm cama, mas têm televisão, e a TV está com a palavra. As mercadorias em oferta invadem e privatizam os espaços públicos. A cultura do consumo, do efêmero, condena tudo à descartabilidade midiática. Tudo muda no ritmo vertiginoso da moda, colocada a serviço da necessidade de vender... As mercadorias, fabricadas para não durar, são tão voláteis quanto o capital que as financia e o trabalho que as gera”. A sociedade é escravizada pela mídia!

Nesse sentido, o professor Dênis de Moraes acerta ao dizer que a mídia tem hoje um duplo papel. Como instrumento ideológico, que nada tem de neutra ou imparcial, ela é a principal apologista do *deus-mercado*. Já como poderosa empresa capitalista, ela busca apenas elevar os lucros. “As corporações da mídia projetam-se, a um só tempo, como agentes discursivos, com uma proposta de coesão ideológica em torno da globalização, e como agentes eco-



A guerra contra os barões da mídia, com o seu corrosivo poder de manipulação, será titânica. A juventude, maior vítima da contaminação midiática, poderá ter papel de destaque nesse processo.

nômicos proeminentes no mercado mundial, vendendo os próprios produtos e intensificando a visibilidade dos anunciantes. Evidenciar esse duplo papel é decisivo para entender a sua forte incidência na atualidade”.

Mídia concentrada e manipuladora

Hoje, a mídia hegemônica não tem mais nada do romantismo da fase inicial do jornalismo. Ela é uma poderosa empresa capitalista, ligada ao capital financeiro e, inclusive, à indústria de armas. No mundo, ela está nas mãos de duas dezenas de corporações, com receitas entre US\$ 8 bilhões e US\$ 40 bilhões. São proprietárias de estúdios, produtoras, distribuidoras e exibidoras de filmes, gravadoras de discos, editoras,

parques de diversões, TVs abertas e pagas, emissoras de rádio, revistas, jornais, serviços online, portais e provedores de internet. AOL-Time Warner, Viacom, Disney, Newscorp, Bertelsmann, NBC-Universal, Comcast e Sony, as oito principais no ranking da mídia e do entretenimento, visam impor seu domínio empresarial e sua hegemonia no planeta.

Já no Brasil, que teve um processo *sui generis* de concentração, ela é ainda mais anômala. Como aponto no livro *A ditadura da mídia*, “a ausência de legislação proibitiva da propriedade cruzada, o desrespeito à Constituição, o respaldo da ditadura militar, as relações promíscuas com o Estado e a própria lógica monopolista do capital, entre outros fatores, explicam sua brutal concentração. Na década passada, nove famílias dominavam o setor: Marinho (Globo), Abravanel (SBT), Saad (Bandeirantes), Bloch (Manchete), Civita (Abril), Mesquita (Estado), Frias (Folha), Nascimento e Silva (Jornal do Brasil) e Levy (Gazeta). Hoje são apenas cinco, já que as famílias Bloch, Levy e Nascimento faliram e o clã Mesquita atravessa uma grave crise financeira”.

Nesse quadro totalmente distorcido, a Rede Globo ocupa posição hegemônica. Possui 35 grupos afiliados que controlam, ao todo, 340 veículos. Sua influência é forte não apenas no setor de TV. O conteúdo gerado pelos 69 veículos próprios do grupo carioca é distribuído por um sistema que inclui 33 jornais, 52 rádios AM, 76 rádios FM, 11 rádios OC, 105 emissoras de TV, 27 revistas e 17 canais, nove operadoras de TV paga e mais 3.305 retransmissoras. Como sintetiza o professor Venício A. de Lima, “o sistema brasileiro de mídia, além de historicamente concentrado, é controlado por poucos grupos familiares, é vinculado às elites políticas locais e regionais, revela um avanço sem precedentes das igrejas e é hegemônico por um único grupo, a Rede Globo”.

Essa brutal concentração garante à mídia hegemônica enorme capacidade de manipular “corações e mentes”. No mundo todo, ela dita a moda e vende produtos descartáveis. Induz a sociedade a acreditar nas falsidades imperialistas, seja ao divulgar 935 mentiras para justificar o genocídio de um milhão de iraquianos ou ao pregar o “mundo sem

fronteiras” e sem controle do capital – o que acelerou a atual crise capitalista, responsável por milhões de desempregados e pela falta de perspectiva para a juventude. Já no Brasil, ela clamou pelo golpe de 1964, apoiou a sanguinária ditadura, sabotou as campanhas das “diretas-já” e do impeachment de Collor, elegeu presidentes fantoches neoliberais e desestabilizou governos progressistas.

O papel destacado da juventude

Diante deste breve diagnóstico, não dá para se omitir na preparação da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. O combativo movimento estudantil e juvenil brasileiro, de ricas tradições, tem enorme responsabilidade nessa jornada. A conferência será uma chance ímpar na história para envolver amplos setores no esforço pedagógico para debater “da comunicação que temos à comunicação que queremos”. Também será oportunidade para apresentar várias propostas concretas visando a democratizar os meios de comunicação – entre

elas, a do fortalecimento da rede pública, a da revisão das outorgas e renovações das concessões às emissoras privadas de rádio e televisão, a do incentivo à radiodifusão comunitária, a do estímulo à inclusão digital e a do novo marco regulatório.

Sem derrotar a ditadura midiática não haverá avanços na democracia e nem luta dos brasileiros contra a barbárie capitalista; a perspectiva de superação desse sistema de opressão e exploração, de construção do socialismo renovado, ficará ainda mais distante. O desafio agora é o de marcar as conferências em cada município e estado, mobilizar multidões e formular propostas. A guerra contra os barões da mídia, com o seu corrosivo poder de manipulação, será titânica. A juventude, maior vítima da contaminação midiática, poderá ter papel de destaque nesse processo. É o seu futuro que está em jogo. Depois, não adianta reclamar do poder nefasto da mídia hegemônica. 🗣️

*ALTAMIRO BORGES é jornalista.



PEC e Plano Nacional de Juventude: o legado de uma geração

Daniilo Moreira*



Estamos falando da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 42/2008), que insere na Constituição Federal, no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais, o termo juventude. Ao reconhecer essa parcela da população como segmento prioritário para a elaboração de políticas públicas, como já fora feito com idosos, crianças e adolescentes, avançaremos no sentido de superar o binômio juventude-problema e alcançaremos um novo patamar, onde a juventude possa ser compreendida como um grupo de sujeitos detentores de direitos. A PEC já foi aprovada na Câmara e aguarda votação no Senado para finalmente “virar lei”.

O texto da PEC da Juventude, como ficou conhecida, indica ainda a necessidade de aprovação de uma segunda matéria, um Projeto de Lei (PL) estabelecendo o Plano Nacional de Juventude. Tal plano aponta uma série de objetivos e metas, que deverão ser cumpridos nos próximos 10 anos pela União, em parceria com estados, municípios e organizações juvenis. O Plano compõe-se de diversas ações articuladas nas áreas de cultura, saúde, esporte, cidadania, trabalho, inclusão digital, educação etc.

O PL 4530/2004, que trata do Plano Nacional de Juventude, já foi aprovado por uma comissão especial na Câmara dos Deputados e aguarda apenas a votação em plenário. Como

o relatório foi aprovado em dezembro de 2006, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) está propondo sua atualização e votação ainda este ano. Para tanto necessitaremos de um esforço concentrado de parlamentares, governo federal, lideranças dos movimentos juvenis e da sociedade civil, visando à negociação de uma nova versão.

O que para muitos pode parecer uma questão organizativa e sem resultados no curtíssimo prazo representa, na verdade, uma visão estratégica sem precedentes sobre esse importante segmento populacional. A juventude tem sido tratada numa perspectiva de futuro, mas nunca construída como realidade do presente, e por vezes é encarada até mesmo de maneira imediatista, numa concepção reativa aos “problemas da juventude”.

A cristalização desse tema em nossa Carta Magna, a atualização e aprovação de um Plano Nacional, estabelecendo metas para as políticas públicas de juventude nos próximos 10 anos, são a melhor expressão da luta desta geração por mais direitos, representando, em última instância, a efetiva democratização de um Estado que, para tal, precisa refletir os rostos de 50 milhões de jovens.

Encontram-se em fase final de tramitação no Congresso Nacional duas importantes matérias que, se aprovadas, contribuirão decisivamente para o desenvolvimento do país e para melhoria da qualidade de vida de 50 milhões de brasileiros e brasileiras situados na faixa etária de 15 a 29 anos.

O mais importante, porém, é que nessa luta o caminho escolhido não ficou restrito à articulação em gabinetes governamentais e parlamentares – até agora muito receptivos, diga-se de passagem. Todas as vezes em que estes foram procurados, foi sempre em nome de uma ampla mobilização social dos próprios movimentos juvenis, e com forte envolvimento dos mais diversos setores da sociedade civil organizada. Basta observar os resultados da 1ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2008, envolvendo mais de 400 mil participantes, e que indicou a necessidade da PEC e do Plano Nacional de Juventude ente suas mais fortes prioridades.

Caminhamos para os últimos 18 meses do governo Lula, que teve como mérito o ineditismo na criação de uma Política Nacional de Juventude, baseada em referenciais progressistas e democráticos. Desde já é possível apresentarmos um balanço positivo nessa área, com iniciativas como o Prouni, as praças da juventude, a expansão da rede de universidades federais e do ensino técnico, o Projovem, o Projeto Rondon, os pontos de cultura, etc, etc e etc. No entanto sabemos que, se o filme registra enormes avanços, ain-

da mais se comparado às políticas de governos anteriores, a fotografia da realidade atual da juventude brasileira ainda deixa muito a desejar.

Por isso é que não devemos nos contentar com o que temos e muito menos deixar que essas políticas fiquem circunscritas ao período deste governo, sem garantias de continuidade após 2010. A aprovação do novo marco legal para as políticas públicas de juventude significa contarmos com instrumentos que podem, ao mesmo tempo, evitar retrocessos e garantir avanços nos direitos da juventude brasileira.

Essa vitória faz parte da construção do País que queremos, podemos e estamos construindo, como legado para esta e para as próximas gerações. É chegado o momento de alçar definitivamente a política de juventude à condição de política de Estado. O Brasil precisa, a juventude quer. 🗣️

* **DANILO MOREIRA** é secretário-adjunto da Secretaria Nacional de Juventude. Presidiu o Conselho Nacional de Juventude – Conjuve – em 2008 e foi coordenador da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.
E-mail: danilo.moreira@planalto.gov.br



Lideranças juvenis mobilizam-se no Congresso Nacional pela aprovação da chamada “PEC da juventude”



Caminhamos para os últimos 18 meses do governo Lula, que teve como mérito o ineditismo na criação de uma Política Nacional de Juventude, baseada em referenciais progressistas e democráticos.

O perfil e a história da juventude

